



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 23 de dezembro de 2024 * nº 0681 * Pág. 001/050



FAROL DO CABO BRANCO

ATOS DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 169, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS ANEXOS II, III, IV, V E VI, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 166, DE 29 DE ABRIL DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Os anexos II, III, IV, V e VI, da Lei Complementar nº 166, de 29 de abril de 2024, passam a vigorar conforme os anexos I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

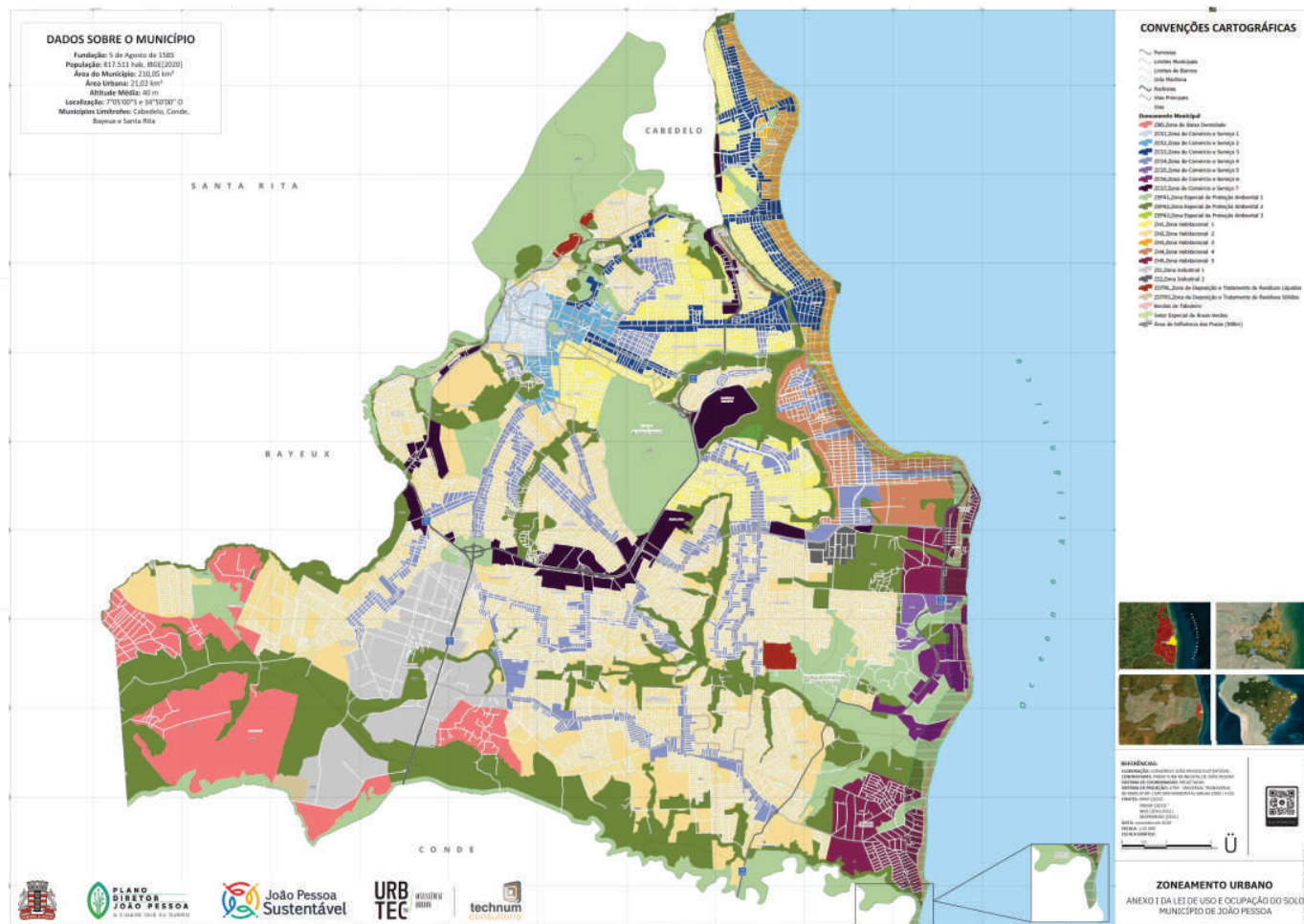
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 19 de dezembro de 2024.

CÍCERO DE LUCENA FILHO
PREFEITO

Autoria: Executivo Municipal

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificador/31AE-1677-9AB7-F71E> e informe o código 31AE-1677-9AB7-F71E



Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificador/31AE-1677-9AB7-F71E> e informe o código 31AE-1677-9AB7-F71E





Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**

Vice-Prefeito: Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti

Sec. de Gestão Governamental: **Diego Tavares de Albuquerque**

Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**

Secretaria de Saúde: Luis Ferreira de Sousa Filho

Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**

Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**

Secretaria da Finanças: **Brunno Sitonio Fialho de Oliveira**

Secretaria de Desenv. Social: Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia

Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**

Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**

Controlador Geral do Município: **Diego Fabrício Cavalcanti de Albuquerque**

Secretaria de Direitos Humanos: **Maria Benicleide Silva Silvestre**

Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega**

Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto Albuquerque da Nóbrega**
 Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Daagner Xavier C. Júnior**

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rougger Xavier G. Júnior**

Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**

Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**

Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Vaulene de Lima Rodrigues**

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**

Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivone Porfírio Martins**

Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Rodrigo Fagundes de Figueiredo Trigueiro**

Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**

Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**

Sec. de Seg. Urbana e Cidadania: **Luiz Eduardo Menezes Soares**

Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**

Suprerint. de Mobilidade Urbana: **Exedito Leite Silva Filho**

Autarq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: Ricardo Jose Veloso

Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marans Alves de Souza

Fundação Cultural de João Pessoa: Antônio Marcus Alves de Souza

DIÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
diarionmip@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

ANEXO III (SUBSTITUI O ANEXO IV DA LEI 166/2024)

QUADRO DE PARÂMETROS DE USO DO SOLO VINCULADO À HIERARQUIA VIÁRIA

QUADRO DE PARÂMETRO DE USO DO SOLO VINCULADA A HIERARQUIA VIÁRIA			
VIA LOCAL	VIA COLETORA	VIA ARTERIAL	VIA EXPRESSA
PERMITIDO TODOS OS USOS, EXCETO:	PERMITIDO TODOS OS USOS, EXCETO:	PERMITIDO TODOS OS USOS, EXCETO:	PERMITIDO TODOS OS USOS, EXCETO:
<ul style="list-style-type: none">• usos IND2 (que é permitido apenas na ZI-1 e ZI-2) e IND3 (que é permitido apenas na ZI-1);• usos habitacionais na ZI-1, ZI-2 e na ZCS-7;• empreendimentos de impacto;• CE/SE maior que 1000m² de área construída;• HT com mais de 100 quartos.	<ul style="list-style-type: none">• usos IND2 (permitido apenas na ZI-1 e ZI-2) e IND3 (permitido apenas na ZI-1);• usos habitacionais na ZI-1, ZI-2 e na ZCS-7.	<ul style="list-style-type: none">• usos IND2 (permitido apenas na ZI-1 e ZI-2) e IND3 (permitido apenas na ZI-1);• usos habitacionais na ZI-1, ZI-2 e na ZCS-7.	<ul style="list-style-type: none">• usos IND2 (permitido apenas na ZI-1 e ZI-2) e IND3 (permitido apenas na ZI-1);• usos habitacionais na ZI-1, ZI-2 e na ZCS-7.
PERMITIDO COM APROVAÇÃO DA SEMOB:	PERMITIDO COM APROVAÇÃO DA SEMOB:	PERMITIDO COM APROVAÇÃO DA SEMOB:	PERMITIDO COM APROVAÇÃO DA SEMOB:
<ul style="list-style-type: none">• CG/SG maior que 1.000m² de área construída;	<ul style="list-style-type: none">• usos não-habitacionais ou mistos;• usos habitacionais com mais de 100 UH;• HT com mais de 100 quartos.	<ul style="list-style-type: none">• usos não-habitacionais ou mistos;• usos habitacionais com mais de 200 UH;• HT com mais de 150 quartos.	<ul style="list-style-type: none">• usos não-habitacionais ou mistos com área superior a 2.000m².
PERMITIDO COM APROVAÇÃO DA SEMAM:			

<ul style="list-style-type: none">• CE/SE com área construída até 1.000m².			
--	--	--	--

NOTAS
<ul style="list-style-type: none">• A hierarquização viária será aquela constante na Lei do Sistema Viário Municipal.
<ul style="list-style-type: none">• O uso Agrossilvipastoril será permitido apenas na ZBD e nas zonas confrontantes com a ZBD.
<ul style="list-style-type: none">• O uso Extrativista será permitido nas seguintes zonas: ZBD, ZI-1 e ZH-2 (para ZH-2, apenas na Ilha do Bispo e nos lotes confrontantes com a ZBD).
<ul style="list-style-type: none">• Na ZEPA-1 o uso do solo será disciplinado mediante elaboração de planos de manejo específicos, quando couber, conforme determinação do órgão competente.
<ul style="list-style-type: none">• Para todos os usos na ZEPA-2 e ZEPA-3 é necessário o licenciamento ambiental, conforme determinação do órgão competente, exceto nos casos dispensados por legislação específica.
<ul style="list-style-type: none">• Fica proibido nas ZEPAs o uso para postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, serviço de lavagem de veículos e cemitérios.
<ul style="list-style-type: none">• Fica proibido na Poligonal do Centro Histórico o uso para postos de abastecimento de combustível. Lei específica poderá estabelecer outras áreas com proibição desse uso.
<ul style="list-style-type: none">• A aprovação dos usos instituições de ensino de qualquer modalidade, farmácias, templos religiosos, supermercados, centros comerciais e postos de abastecimento de combustível sempre será vinculada à aprovação da SEMOB, quando for o caso.
<ul style="list-style-type: none">• Os usos permitidos na ZDTRL e na ZDTRS são, apenas, aqueles vinculados aos sistemas de esgotamento sanitário e tratamento de água ou ao aterro sanitário, a serem aprovados pelo CDU.
<ul style="list-style-type: none">• Na ZCS-6 apenas serão permitidos os usos HT e os usos de comércio e/ou serviços relacionados ao turismo e de seu apoio, a serem classificados por ato do Poder Executivo Municipal, independente da hierarquização viária.
<ul style="list-style-type: none">• Na ZBD não serão permitidos os usos H3, IND-2 e IND-3. Os usos de Comércio e Serviço com mais de 500m² (quinhentos metros quadrados) de área total construída serão permitidos com aprovação da SEMAM e da SEMOB.



ANEXO IV (SUBSTITUI O ANEXO V DA LEI 166/2024)
QUADRO DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

QUADRO DE PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO (A) (B)						
ZONA	AM	TO MÁXIMA (%)	TAP MÍNIMA (%)	RECUOS MÍNIMOS (m)		
				FRONTAL (RFT) (C)	LATERAL (RL) (D)	FUNDO (RFD) (E)
ZH-1	(F)	50	10	5,00	Até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-2 (G)	(H)	55	5	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 2º PV = 2,00 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-3	(F)	50	5	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZH-4	(F)	50	15	5,00	até 3º PV = 2,00 4º PV = 4,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 4,00+[(N-4)x0,30]
ZH-5	(F)	50	15	5,00	até 2º PV = 1,50 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZCS-1	(H)	80 a 100 (H)	0 a 5 (H)	0,00	0,00	2,00
ZCS-2	(H)	70 a 100 (H)	0 a 5 (H)	0 a 5,00 (H)	até 4º PV = 0,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZCS-3	(F) (H)	65	5	5,00	até 2º PV = 0,00 3º e 4º PV = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZCS-4	-	65	5	5,00	até 2º PV = 0,00 3º e 4º PV = 2,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]	até 2º PV = 2,00 3º e 4º PV = 3,00 DE = 3,00+[(N-4)x0,30]
ZCS-5	(F)	50	25	10,00	5,00	5,00
ZCS-6	(F)	30	30	10,00	8,00	8,00
ZCS-7	-	65	10	8,00	4,00	4,00
ZEPA-1	De acordo com os planos de manejo específicos, quando couber. (F) (H)					
ZEPA-2 (I)	(F) (H)	40	40	10,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE= 3,00+[(N-4)x0,30]	até 2º PV = 2,00 3º e 4º PV = 3,00 DE= 3,00+[(N-4)x0,30]
ZEPA-3 (I)	4 PV (F) (H)	40	40	10,00	até 2º PV = 1,50 3º e 4º PV = 3,00	até o 4º PV = 3,00
ZI-1	-	50	10	6,00	3,00	3,00
ZI-2	-	50	10	6,00	3,00	3,00
ZBD (J)	2 PV	10	80	10,00	10,00	10,00
ZDTRL	Usos relacionados a implantação de estruturas para tratamento e deposição de resíduos líquidos.					
ZDTRS	Usos relacionados a implantação de estruturas para deposição de resíduos sólidos.					
SEAV	-	40	15	5,00	até 3º PV = 1,50 4º PV = 3,00 DE= 3,00+[(N-4)x0,30]	até 2º PV = 2,00 3º e 4º PV = 3,00 DE= 3,00+[(N-4)x0,30]



NOTAS				
(A) Para o uso H1 será permitida Taxa de Ocupação de até 60% (sessenta por cento).				
(B) O uso H3, quando situados nas vias locais e coletoras, poderá utilizar os seguintes parâmetros:				
• até 3PV: TO máx = 50% TAP mín = 5% RFT mín = 5,00 RL mín = 1,50 RFD mín = 2,00;				
• até 4PV ou 4PV + CT: TO máx = 55% TAP mín = 5% RFT mín = 5,00 RL mín = 1,50 RFD mín = 3,00.				
(C) Lotes com frente para rodovias deverão respeitar recuo frontal mínimo de 15,00m (quinze metros).				
(D) Permitida a colagem lateral de até 50% (cinquenta por cento) no pavimento térreo para os todos usos, com altura máxima regulamentada no COE, exceto nas seguintes zonas: ZCS-1, ZCS-2, ZCS-3 e ZCS-4, nas quais deverá ser atendido o recuo estabelecido no quadro de parâmetros.				
(E) Permitida a colagem de fundos de até 60% (sessenta por cento) no pavimento térreo para o uso H1, com altura máxima regulamentada no COE.				
(F) Observar a restrição de altura na faixa de 500m (quinhentos metros) da orla.				
(G) Para o uso H2 será permitida Taxa de Ocupação de até 60% (sessenta por cento).				
(H) Os parâmetros indicados seguirão as definições de IPHAN e IPHAEP (poligonal tombada do Centro Histórico e do Sítio Paisagístico do Cabo Branco).				
(I) Para todos os usos na ZEPA-2 e ZEPA-3 é necessário licenciamento ambiental, conforme determinação do órgão competente, exceto nos casos dispensados por legislação específica.				
(J) Nos lotes regularizados (anteriormente à vigência desta Lei) com área inferior a 2.000m² (dois mil metros quadrados) os recuos frontal, lateral e de fundo mínimos serão de 5,00m (cinco metros).				
SIGLAS				
AM = ALTURA MÁXIMA	DE = DEMAIS PAVIMENTOS	H1 = HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	ZH = ZONA HABITACIONAL	ZBD = ZONA DE BAIXA DENSIDADE
TO = TAXA DE OCUPAÇÃO	N = NÚMERO DO PAVIMENTO PARA O QUAL O RECUO ESTÁ SENDO CALCULADO	H2 = HABITAÇÃO BIFAMILIAR	ZCS = ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇO	ZDTRL = ZONA DE DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LÍQUIDOS
TAP = TAXA DE ÁREA PERMEÁVEL	PV = PAVIMENTO	CG/SG = COMÉRCIO GERAL/SERVIÇO GERAL	ZEPA = ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	ZDTRS = ZONA DE DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
	CT = COBERTURA-TERRAÇO		ZI = ZONA INDUSTRIAL	SEAV = SETOR ESPECIAL DE ÁREA VERDE

ANEXO V (SUBSTITUI O ANEXO VI DA LEI 166/2024)

QUADRO DE NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO OU GARAGEM

TIPOLOGIA DE USOS (A)		NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO OU GARAGEM (B)(C)(D)					
		VAGAS DE AUTOMÓVEIS		ÁREA DE EMBARQUE E DESEMBARQUE (F)	ÁREA DE CARGA E DESCARGA	VAGAS DE MOTOCICLETAS	VAGAS DE BICICLETAS (E)
		Vias locais	Demais vias				
HABITACIONAL							
1.	H1	1 vaga por UH		Facultativo	Facultativo	Facultativo	Facultativo
2.	H2						
3.	H3 (UH área útil até 30m²)	1 vaga a cada 4 UH					
4.	H3 (UH área útil acima de 30m²)	1 vaga a cada 2 UH					
5.	H3 (HIS)	Conforme regulamentação específica.					
COMÉRCIO E SERVIÇO							
6.	Hotel, Hotel-residência (Flat), Camping, Drive-in, Hotel Fazenda e Resort, Pousada, Hospedaria e Albergue.	1 vaga a cada 4 quartos (G)		● Até 60 quartos: facultativo; ● Acima de 60 quartos: área de embarque e desembarque dentro do lote.	● Pousada, Hospedaria e Albergue: facultativo; ● A partir de 2.000m² de área total construída: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso.	Facultativo	Facultativo
7.	Motel	1 vaga a cada quarto		Facultativo	Facultativo		



8.	Edificações destinadas à assistência social para atendimento de crianças, idosos ou necessitados	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m²: 1 vaga a cada 5 unidades de dormitório ou leito de atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m²: 1 vaga a cada 7 unidades de dormitório ou leito de atendimento 	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Facultativo
9.	Hospitais e edificações destinadas a atendimento de saúde de urgência e cirurgia	1 vaga a cada 4 leitos + 1/50m² das demais áreas		Prever área de embarque e desembarque dentro do lote (Ambulância, Carro fúnebre, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Até 2000m²: facultativo; Acima de 2000m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento. 	Facultativo	Facultativo
10.	Restaurantes, lanchonetes, padarias, panificadoras, confeitarias, bares, cafés, food park ou similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 100m²: facultativo; Acima de 100m²: 1 vaga a cada 40m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 100m²: facultativo; Acima de 100m²: 1 vaga a cada 50m². 	Facultativo	<ul style="list-style-type: none"> Até 1.000m²: facultativo; Acima de 1.000m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento. 	Facultativo	Facultativo
11.	Mercearias, mercadinhos, mercados, supermercados, hipermercados, mercados públicos e similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 250m²: facultativo; Acima de 250m² até 500m²: 01 vaga a cada 100m²; Acima de 500m²: 1 vaga a cada 70m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 250m²: facultativo; Acima de 250m² até 500m²: 01 vaga a cada 70m²; Acima de 500m²: 1 vaga a cada 50m². 	Facultativo	<ul style="list-style-type: none"> Até 800m²: facultativo; Acima de 800m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote. 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de bicicletas no interior do lote.

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/31AE-1677-9A87-F71E> e informe o código 31AE-1677-9A87-F71E



12.	Loja, Centro empresarial e Edifícios de Escritórios, Salas de Prestação de Serviços, Call Center, Shopping Center, Centros de Compras e Centros Comerciais, Home Center e similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 250m²: facultativo; Acima de 250m² até 500m²: 01 vaga a cada 100m²; Acima de 500m²: 1 vaga a cada 70m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 250m²: facultativo; Acima de 250m² até 500m²: 01 vaga a cada 70m²; Acima de 500m²: 1 vaga a cada 50m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso. 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote. 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de bicicletas no interior do lote.
13.	Armazéns, centros de distribuição logísticos, Self Storage e depósitos de bebidas ou alimentos, depósito de material de construção, aluguel de máquinas e similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 250m²: facultativo; Acima de 250m²: 1 vaga a cada 100m² de área construída. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 250m²: facultativo; Acima de 250m²: 1 vaga a cada 100m² de área construída 	Facultativo	<ul style="list-style-type: none"> Até 500m²: facultativo; Acima de 500m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento. 	Facultativo	Facultativo
14.	Estabelecimentos de ensino infantil (EI) e berçário	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m²: 1 vaga a cada 100m² de área construída (H) 	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m²: 1 vaga a cada 80m² de área construída. (H) 	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Facultativo

15.	Estabelecimentos de ensino profissionalizante, ensino superior, escolas de ensino fundamental, médio, inclusive que ofereçam simultaneamente EI e/ou berçário, não seriado, de artes e ofícios, de idiomas e similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m²: 1 vaga a cada 100m² de área construída. (H) (I) 	<ul style="list-style-type: none"> Até 150m²: facultativo; Acima de 150m²: 1 vaga a cada 80m² de área construída. (H) (I) 	<ul style="list-style-type: none"> Até 800m²: facultativo; Acima de 800m²: área de embarque e desembarque no interior do lote. 	Facultativo	Facultativo	Facultativo
16.	Auditórios, teatros, anfiteatros, cinemas e similar, circos e similares	1 vaga a cada 15m² de área destinada aos espectadores.	1 vaga a cada 30m² de área destinada aos espectadores.	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote." 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2000m²: facultativo; Acima de 2000m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote. 	Facultativo
17.	Salão de exposições, pavilhões ou centro de exposições, centros culturais, centro de convenções, parque de diversões e similares	1 vaga a cada 50 m² de área destinada ao público, coberta ou não.	1 vaga a cada 50 m² de área destinada ao público, coberta ou não.	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2000m²: facultativo; Acima de 2000m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote 	Facultativo
18.	Bibliotecas, museus e similares	1 vaga a cada 80m² de área construída (I)	1 vaga a cada 100m² de área construída (I)	Facultativo	Até 1.000m²: facultativo; Acima de 1.000m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso	Facultativo	Facultativo

19.	Clube social/esportivo, ginásios de esportes, estádios, quadras, campo, academias e similares	O critério que demandar mais vagas entre: <ul style="list-style-type: none"> 1 vaga a cada 50m² de área coberta e 1 vaga a cada 100m² de área descoberta destinada à atividade; OU Com arquibancada - 1 vaga a cada 05 assentos demarcados (I) 	O critério que demandar mais vagas entre: <ul style="list-style-type: none"> 1 vaga a cada 50m² de área coberta e 1 vaga a cada 100m² de área descoberta destinada à atividade; OU Com arquibancada - 1 vaga a cada 10 assentos demarcados. (I) 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote. 	Facultativo	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote 	Facultativo
20.	Templos, capelas, casas de culto, igrejas e similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m² até 800m²: 1 vaga a cada 70m²; Acima de 800m²: 1 vaga a cada 50m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 300m²: facultativo; Acima de 300m² até 800m² - 01 vaga a cada 70m²; Acima de 800m²: 1 vaga a cada 50m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote. 	Facultativo	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno porte: facultativo De grande porte: prever vagas de motos no interior do lote 	Facultativo
21.	Instituições públicas com ou sem fins administrativos Municipais, Estaduais, Federais, Sindicatos, Associações de Classe, Segurança Pública e similares	<ul style="list-style-type: none"> Até 150m²: facultativo; Acima de 150m²: 1 vaga a cada 50m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 150m²: facultativo; Acima de 150m²: 1 vaga a cada 70m². 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2.000m²: facultativo; Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote. 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2000m²: facultativo; Acima de 2000m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote 	<ul style="list-style-type: none"> De pequeno impacto: facultativo; De grande impacto: prever vagas de bicicletas no interior do lote

22.	Postos de Combustíveis, Oficinas de Veículos, Serviços de Veículos e similares	● 1 vaga a cada 50m² de área construída.	● 1 vaga a cada 50m² de área construída.	Facultativo	● Prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento	Facultativo	Facultativo
23.	Zoológicos, Hortos, Parques, Jardins Botânicos e similares	● 1 vaga a cada 50m² de área coberta e 1 vaga a cada 200m² de área descoberta. Não sendo computadas áreas verdes. (I)		● Até 2.000m²: facultativo; ● Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote.	● Prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso.	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de bicicletas no interior do lote
24.	Buffet, Casa de Festas, Salão de Baile. Recepções e similares	● Até 250m²: facultativo; ● Acima de 250m²: considerar 1 vaga a cada 80m² de área construída.	● Até 250m²: facultativo; ● Acima de 250m²: considerar 1 vaga a cada 100m² de área construída.	● Até 2.000m²: facultativo; ● Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote.	● Acima de 800m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento.	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote	Facultativo
25.	Boates, Casa de Show, Casa de Espetáculos, Casa Noturna	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: considerar 1 vaga a cada 70m² de área construída.	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: considerar 1 vaga a cada 100m² de área construída.	● Até 2.000m²: facultativo; ● Acima de 2.000m²: prever área de embarque e desembarque no interior do lote.	● Acima de 500m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento.	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote.	Facultativo

26.	Cemitérios, Central de Velórios, crematórios e similares	● 1 vaga a cada 50m² de área coberta.		● Prever área para o carro funerário compatível com a quantidade dos veículos e porte do estabelecimento.	● Acima de 500m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso, podendo utilizar para este fim outras áreas de estacionamento caso seja realizado em horários alternativos ao funcionamento do estabelecimento.	Facultativo	Facultativo
27.	Demais usos	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: considerar 1 vaga a cada 50m² de área construída.	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: considerar 1 vaga a cada 70m² de área construída.	Facultativo	● Até 1.000m²: facultativo; ● Acima de 1.000m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso.	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote.	Facultativo
USO INDUSTRIAL							
28.	IND 1 (até 500m²)	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: considerar 1 vaga a cada 200m² de área construída.	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: 1 vaga a cada 200m² de área construída.	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Facultativo
29.	IND 2 (até 1.500m²)	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m²: considerar 1 vaga a cada 120m² de área construída administrativa e 1 vaga a cada 200m² de área construída restante.		Facultativo	● Até 500m²: facultativo; ● Acima de 500m²: prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso.	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote.	Facultativo
30.	IND 3	● Até 300m²: facultativo; ● Acima de 300m² até 500m²: considerar 1 vaga a cada 150m² de área construída administrativa e 1 vaga a cada 200m² de área construída restante.		Facultativo	● Até 500m² - facultativo; ● Acima de 500m² - prever área de carga e descarga dentro do lote de porte compatível com o uso.	● De pequeno impacto: facultativo; ● De grande impacto: prever vagas de motos no interior do lote.	Facultativo



NOTAS		
(A) Para todos os usos verificar o quadro de uso pela hierarquia viária.		
(B) As áreas consideradas no quadro se referem à área total construída, quando não houver outro parâmetro indicado.		
(C) Nos empreendimentos em que o licenciamento é vinculado à análise do órgão licenciador de trânsito, a forma de acesso ao lote, a quantidade de veículos, de motocicletas, de bicicletas, ônibus, vans, vagas de carga e descarga e de embarque e desembarque poderão ser diferentes do exigido neste Anexo, a depender de análise e deliberação do referido órgão.		
(D) A critério do órgão competente, poderão ser solicitadas informações adicionais.		
(E) As vagas de bicicletas devem estar dispostas nas áreas comuns.		
(F) As áreas de embarque e desembarque, quando exigidas, deverão ser implantadas no interior do lote, prevendo entrada e saída por pontos distintos. As entradas e saídas deverão ser realizadas por guias rebaixadas e o espaço de circulação do veículo será objeto de análise do órgão licenciador de trânsito.		
(G) Admite-se vaga confinada quando houver serviço de manobrista.		
(H) Não é necessário contabilizar as áreas de equipamentos esportivos, pátios descobertos e refeitórios.		
(I) Dependendo das características da atividade, a Prefeitura Municipal de João Pessoa poderá exigir a previsão de vagas para micro-ônibus e ônibus em pátio interno.		
2. SIGLAS		
H1 - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	IND1 – INDÚSTRIAL 1	UH - Unidade Habitacional
H2 - HABITAÇÃO BIFAMILIAR	IND2 - INDÚSTRIAL 2	HIS - Habitação de Interesse Social
H3 - HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR	IND3 - INDÚSTRIAL 3	

* Publicado no Diário Oficial 680/2024 (20/12/2024)
* Republicado por incorreção



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 31AE-1677-9A87-F71E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 20/12/2024 11:51:34 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/31AE-1677-9A87-F71E>

Assinado por 1 pessoa: CÍCERO DE LUCENA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/31AE-1677-9A87-F71E>



SEAD

PORTARIA Nº 821

Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 35.745/2024.

R E S O L V E: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar nº 60/10, combinado com o Decreto nº 10.130/2022, conceder a THAIS TEIXEIRA DE VASCONCELOS ARAUJO, matrícula nº 83.017-8, ocupante do cargo de PSICÓLOGO ESCOLAR, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.3.2.1 para classificação 1.11.3.2.2

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0944-574F-AB0B-8FF7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0944-574F-AB0B-8FF7>

PORTARIA Nº 822

Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 75.417/2024.

R E S O L V E: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar nº 60/10, combinado com o Decreto nº 10.130/2022, conceder a VERA LUCIA DIONISIO DA SILVA, matrícula nº 82.671-5, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.1.3.2 para classificação 1.11.1.3.3.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: C553-D525-CBBB-027A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:12 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C553-D525-CBBB-027A>

PORTARIA Nº 823

Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 161.525/2024.

R E S O L V E: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar nº 60/10, combinado com o Decreto nº 10.130/2022, conceder a LEANDRA DE ARAUJO TIBURCIO, matrícula nº 55.529-1, ocupante do cargo de SUPERVISOR ESCOLAR, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.4.2.4, para classificação 1.11.4.2.5.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 502A-B9F8-2CD7-E6CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/502A-B9F8-2CD7-E6CA>

PORTARIA N° 824

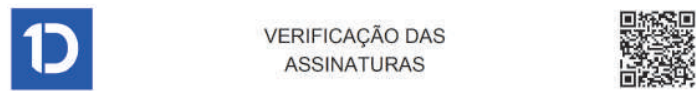
Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto n°. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor n° 154.387/2024.

R E S O L V E: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar n° 60/10, combinado com o Decreto n° 10.130/2022, conceder a CATHERINE MARQUES DE ALMIRANTE, matrícula n° 55.652-1, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.2.2.4, para classificação 1.11.2.2.5.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



Código para verificação: 2130-F837-3626-7E0F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:06 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2130-F837-3626-7E0F>

PORTARIA N° 825

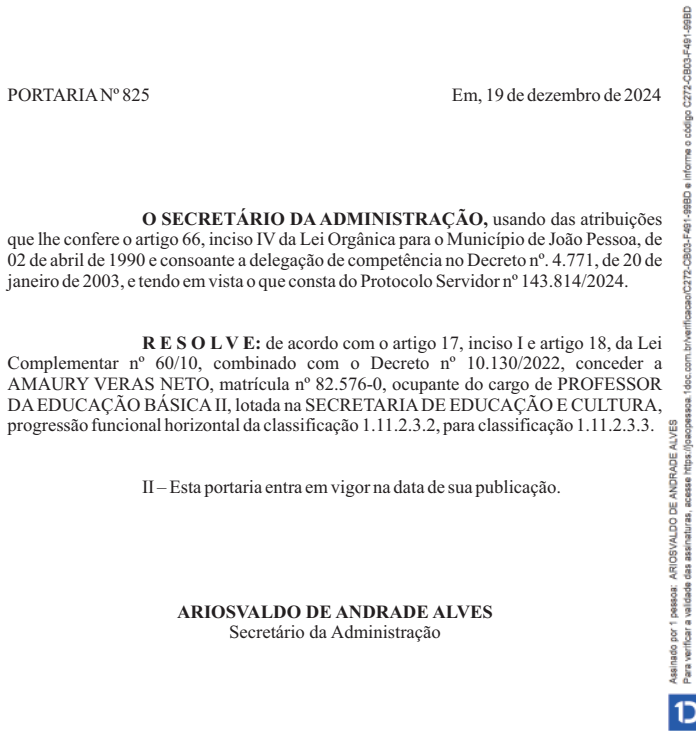
Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto n°. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor n° 143.814/2024.

R E S O L V E: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar n° 60/10, combinado com o Decreto n° 10.130/2022, conceder a AMAURY VERAS NETO, matrícula n° 82.576-0, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.2.3.2, para classificação 1.11.2.3.3.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



Código para verificação: C272-CB03-F491-99BD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C272-CB03-F491-99BD>

PORTARIA N° 826

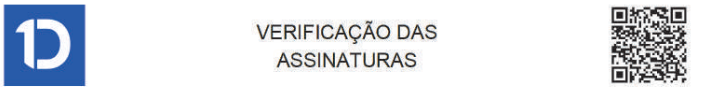
Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto n°. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor n° 167.613/2024.

R E S O L V E: de acordo com o artigo 17, inciso I e artigo 18, da Lei Complementar n° 60/10, combinado com o Decreto n° 10.130/2022, conceder a MARIA JOSE DE ANDRADE, matrícula n° 84.830-1, ocupante do cargo de ORIENTADOR EDUCACIONAL, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional horizontal da classificação 1.11.5.3.1, para classificação 1.11.5.3.2.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



Código para verificação: CD11-F526-35B8-1AC7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:07 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CD11-F526-35B8-1AC7>



PORTARIA Nº 827

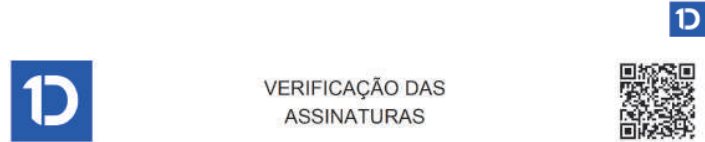
Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003 e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 190.548/2024.

RESOLVE: de acordo com o inciso I do artigo 95 da Lei nº 2380 de 26 de março de 1979(Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa) exonerar, a pedido, RODRIGO MOISES DO NASCIMENTO, matrícula nº 91.143-7, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, lotado na SECRETARIA DA SAÚDE.

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 13 de dezembro de 2024.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



Código para verificação: A5D3-009B-13BF-55E0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES** (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:07 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A5D3-009B-13BF-55E0>

PORTARIA Nº 828

Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003 e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 69.871/2024.

RESOLVE: de acordo com o inciso VIII do artigo 94, combinado com o inciso I, letra b do artigo 95, da Lei nº 2380 de 26 de março de 1979(Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa) exonerar, a pedido, FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA CAVALCANTE, matrícula nº 69.453-3, ocupante do cargo de FARMACÊUTICO, lotado na SECRETARIA DA SAÚDE.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: D554-17EA-A047-171B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES** (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:14 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/D554-17EA-A047-171B>

PORTARIA Nº 829

Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa nos Decretos nº. 4.771 de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo nº 191.207/2024.

RESOLVE:

I – Fazer retornar às suas atividades na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a servidora TAIZA DA CUNHA SOARES, matrícula nº 85.223-6, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, que se encontra de licença sem vencimentos.

II– Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 4B67-46EF-C678-239E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES** (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 09:37:19 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4B67-46EF-C678-239E>

Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/A5D3-009B-13BF-55E0 e informe o código A5D3-009B-13BF-55E0



Assinado por 1 pessoa: ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/D554-17EA-A047-171B e informe o código D554-17EA-A047-171B



PORTARIA N° 830

Em, 19 de dezembro de 2024

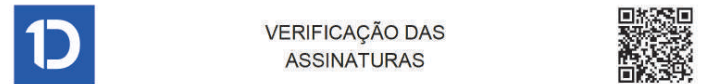
O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e Lei Promulgada n° 14.824/2023 e consoante a delegação de competência expressa no Decreto n.º 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Ofício n° 609/TEGAPRE de 16 de dezembro de 2024.

RESOLVE: permanecer à disposição do TRIBUNAL DE CONTAS DE ESTADO DA PARAÍBA, com efeito de reembolso da remuneração, o servidor MARCIO RANIERE BARBOSA DA CUNHA, matrícula n° 80.646-3, Condutor de Ambulância, lotado na SECRETARIA DA SAÚDE, pelo prazo de 02 (dois) anos, até 31 de dezembro de 2026.

II - Esta portaria entrará em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES

Secretário da Administração



Código para verificação: 13E7-AFF8-A446-D13E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 12:44:49 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/13E7-AFF8-A446-D13E>

PORTARIA N° 831

Em, 19 de dezembro de 2024

O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa nos Decretos n.º 4.771 de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo n° 192.589/2024.

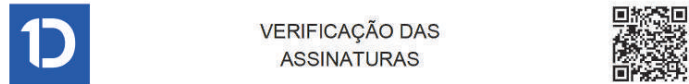
RESOLVE:

I – Fazer retornar às suas atividades na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a servidora ANA ROGÉLIA DUARTE DO NASCIMENTO, matrícula n° 82.691-0, ocupante do cargo de PSICÓLOGO ESCOLAR, que se encontra afastada para realizar curso de doutorado.

II– Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES

Secretário da Administração



Código para verificação: EB86-CBE9-23B9-C0B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 12:50:16 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EB86-CBE9-23B9-C0B5>

PORTARIA N° 832

Em, 19 de dezembro de 2024

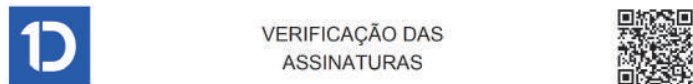
O **SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência expressa no Decreto n.º 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo n° 158.348/2024.

RESOLVE: de acordo com os artigos 26, inciso II e 28, §§ 1º e 2º da Lei Complementar n° 60 de 29 de março de 2010, prorrogar o prazo da portaria n° 814 de 19 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial de 23 de outubro de 2023, que concedeu o afastamento da servidora GABRIELA FELIPE MACHADO DE CARVALHO, matrícula n° 82.554-9, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA II, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, para frequentar Curso de Mestrado em Linguística e Ensino, promovido pela Universidade Federal da Paraíba.

II – Esta portaria terá sua vigência do dia 19 de outubro de 2024, até 30 de julho de 2025.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES

Secretário da Administração



Código para verificação: FF2F-432E-EB6D-5CF5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 12:44:48 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FF2F-432E-EB6D-5CF5>

PORTARIA Nº 833

Em, 19 de dezembro de 2024

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990 e consoante a delegação de competência no Decreto nº. 4.771, de 20 de janeiro de 2003, e tendo em vista o que consta do Protocolo Servidor nº 147.897/2024.

RESOLVE: de acordo com os artigos 8º, inciso I e 19 §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 60/10, conceder a MORGANA FARIAS DE LUNA, matrícula nº 82.372, ocupante do cargo de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA I, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, progressão funcional da classificação 1.11.1.3.2, para classificação 1.11.1.4.1

II – Esta portaria retroage os seus efeitos a partir do dia 23 de setembro de 2024.

ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES
Secretário da Administração



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2935-6A44-B6A0-A4A7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 20/12/2024 12:50:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2935-6A44-B6A0-A4A7>

SEDEC

PORTARIA nº. 200/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 85.535-9, Função Almoxarife, como Fiscal Técnico; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, Função Agente Administrativo, como Fiscal Administrativo do Contrato Nº 10.073/2024, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.022/2024, que trata da aquisição de material de alvenaria, firmado RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP, CNPJ sob Nº 01.091.310/0001-21.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: A36F-EB52-B9EA-1C8F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:46:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A36F-EB52-B9EA-1C8F>

PORTARIA nº. 201/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 19/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Ivanildo Rodrigues Fernandes Júnior, Matrícula 95.040-8, como Fiscal Técnico; Juanna Lourena Andrade Fernandes, Matrícula 105.864-1, como Fiscal Administrativo do Contrato nº 10.066/2024, referente ao Pregão Eletrônico Nº 10.002/2024, que trata da aquisição de mobiliários para atender as demandas da educação infantil da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, firmado com VENDE TUDO MAGAZINE LTDA, CNPJ sob Nº 05.765.913.0001-12.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa nº 04, de 05 de março de 2020 constantes no Anexo I, Inciso I, Art. 2 c/c Art. 58, inc. III, e art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 35F2-F6EF-EEB9-7245

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 20/12/2024 14:44:46 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/35F2-F6EF-EEB9-7245>

PORTARIA n°. 202/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula n° 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula n° 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do **Contrato N° 10.078/2024**, referente ao Pregão Eletrônico de n° 10.022/2024, que trata da aquisição de material de alvenaria, firmado **H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO**, CNPJ sob N° **49.313.200/0001-93**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n°10.535/2023; Lei Municipal n°14.781/2023 e art. 117, caput da Lei n° 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 5DE2-2476-ADA1-88D2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 10:45:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5DE2-2476-ADA1-88D2>

PORTARIA n°. 203/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula n° 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula n° 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do **Contrato N° 10.077/2024**, referente ao Pregão Eletrônico de n° 10.022/2024, que trata da aquisição de material de alvenaria, firmado **MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA**, CNPJ sob N° **35.494.616/0001-40**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n°10.535/2023; Lei Municipal n°14.781/2023 e art. 117, caput da Lei n° 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5DE2-2476-ADA1-88D2>



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 6CC3-DC77-3573-7BF8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 11:04:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6CC3-DC77-3573-7BF8>

PORTARIA n°. 204/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula n° 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula n° 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do **Contrato N° 10.081/2024**, referente ao Pregão Eletrônico de n° 10.022/2024, que trata da aquisição de material de marcenaria, firmado **MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA**, CNPJ sob N° **35.494.616/0001-40**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n°10.535/2023; Lei Municipal n°14.781/2023 e art. 117, caput da Lei n° 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0CF5-23E1-7BF4-A7B6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 11:03:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0CF5-23E1-7BF4-A7B6>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0CF5-23E1-7BF4-A7B6>

PORTARIA nº. 205/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do Contrato Nº **10.083/2024**, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.022/2024, que trata da aquisição de material de mercenaria, firmado **SEVERINO DOS RAMOS OLIVEIRA LTDA**, CNPJ sob Nº **52.825.640/0001-34**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº10.535/2023; Lei Municipal nº14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO

Secretária de Educação e Cultura

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F2CF-0791-1756-63AB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 11:01:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F2CF-0791-1756-63AB>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F2CF-0791-1756-63AB> e informe o código 0A39-56DA-F503-65C8

PORTARIA nº. 206/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Ivanildo Rodrigues Fernandes Júnior, Matrícula 95.040-8, Função: Chefe de Departamento de Patrimônio – SEDEC, como Fiscal Técnico; e Juanna Lourena Andrade Fernandes, Matrícula 105.864- 1, Função: Assistente Administrativo – DBM/SEDEC, como **Fiscal Administrativo** do Contrato Nº **10.086/2024**, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.008/2024, que trata da aquisição de MOBILIÁRIO para atender às demandas de Escolas e CMEIS da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP), firmado **NOVA CONQUISTA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ sob Nº **14.209.485/0001-32**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº10.535/2023; Lei Municipal nº14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO

Secretária de Educação e Cultura

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8754-F9A3-CC8D-09F7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:44:43 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8754-F9A3-CC8D-09F7>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8754-F9A3-CC8D-09F7> e informe o código 0A39-56DA-F503-65C8

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0A39-56DA-F503-65C8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:54:52 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0A39-56DA-F503-65C8>

PORTARIA nº. 207/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do Contrato Nº **10.080/2024**, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.022/2024, que trata da aquisição de material de alvenaria, firmado **MARKET - COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA**, CNPJ sob Nº **24.486.986/0001-10**.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº10.535/2023; Lei Municipal nº14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO

Secretária de Educação e Cultura

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8754-F9A3-CC8D-09F7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:44:43 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8754-F9A3-CC8D-09F7>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/8754-F9A3-CC8D-09F7> e informe o código 0A39-56DA-F503-65C8

PORTARIA nº. 208/2024 – GAB/SEDEC João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do Contrato Nº 10.075/2024, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.022/2024, que trata da aquisição de material de alvenaria, firmado CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ sob Nº 27.073.801/0001-33.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1C06-4137-A8C6-238B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:48:12 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1C06-4137-A8C6-238B>

PORTARIA nº. 209/2024 – GAB/SEDEC João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 85.535-9, Função Almoxarife, como **Fiscal Técnico**; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, Função Agente Administrativo, como **Fiscal Administrativo** do Contrato Nº 10.084/2024, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.022/2024, que trata da aquisição de material de marcenaria, firmado CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ sob Nº 27.073.801/0001-33.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1C06-4137-A8C6-238B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:48:12 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1C06-4137-A8C6-238B>



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 003A-AC2F-629C-D1E3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:50:23 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/003A-AC2F-629C-D1E3>

PORTARIA nº. 210/2024 – GAB/SEDEC

João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Ivanildo Rodrigues Fernandes Júnior, Matrícula 95.040-8, Função: Chefe de Departamento de Patrimônio – SEDEC, como **Fiscal Técnico**; e Juanna Lourena Andrade Fernandes, Matrícula 105.864- 1, Função: Assistente Administrativo – DBM/SEDEC, como **Fiscal Administrativo** do Contrato Nº 10.085/2024, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.008/2024, que trata da aquisição de MOBILIÁRIO para atender às demandas de Escolas e CMEIS da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP), firmado BRASFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ sob Nº 03.422.922/0001-85.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1019-3562-EEF1-7C8B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:53:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/1019-3562-EEF1-7C8B>

PORTARIA nº. 211/2024 – GAB/SEDEC João Pessoa, 23/12/2024

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, incisos I e IV da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Lucas Vinicius Gonzaga da Silva, matrícula nº 85.535-9, Função Almoxarife, como Fiscal Técnico; e Lucas Vinicius Tavares de Aquino, matrícula nº 91.960-8, Função Agente Administrativo, como Fiscal Administrativo do Contrato Nº 10.076/2024, referente ao Pregão Eletrônico de nº 10.022/2024, que trata da aquisição de material de alvenaria, firmado OSVALDO R AGRA DE SOUZA COMERCIO E SERVICOS, CNPJ sob Nº 46.871.900/0001-05

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 10.535/2023; Lei Municipal nº 14.781/2023 e art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos servidores, ora nomeados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º. Esta Portaria produz seus efeitos a partir da data de assinatura do contrato.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 931E-E73A-9CBE-627D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 15:35:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/931E-E73A-9CBE-627D>

SMS

PORTARIA Nº. 115/2024/SMS.

João Pessoa, 20 de dezembro de 2024.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora do processo seletivo para preenchimento das vagas remanescentes do Programa de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa – PB.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica do Município de João Pessoa

CONSIDERANDO o previsto na Lei Ordinária nº 14.693/2022, publicada no Diário Municipal de João Pessoa, edição 183, folhas 04/96, do dia 22 de dezembro de 2022.

CONSIDERANDO a necessidade do município de João Pessoa de promover os atos relativos ao desenvolvimento do Programa de Residência Médica da Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade do preenchimento das vagas remanescentes do Processo Seletivo – 2024/2025 para o ingresso de novos profissionais na referida Residência;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar uma Comissão de Organização do Processo Seletivo – 2024/2025, para preenchimento das vagas remanescentes do Programa de Residência Médica.

Art. 2º - Designar os seguintes membros para compor referida Comissão:

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
REBECCA FARIAS DE ARAÚJO BARBOSA	Presidente	58.042-2
JEOVANA LUCENA ZUPPOLINI STROPP	Vice-presidente	95.256-7
VIVIAN STEVE DE LIMA	Secretária	101.386-8

Art.3º - A presente comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do Processo Seletivo – 2024/2025, destinado ao preenchimento das vagas remanescentes do Programa de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art 5º Essa Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art 6º - Publique-se.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 78C0-CF1D-C75C-A1CB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 20/12/2024 10:32:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/78C0-CF1D-C75C-A1CB>

PORTARIA Nº. 116/2024/SMS.

João Pessoa, 20 de dezembro de 2024.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora do processo seletivo para preenchimento das vagas remanescentes do Programa de Residência Multiprofissional da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa – PB.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica do Município de João Pessoa

CONSIDERANDO o previsto na Lei Ordinária nº 14.693/2022, publicada no Diário Municipal de João Pessoa, edição 183, folhas 04/96, do dia 22 de dezembro de 2022.

CONSIDERANDO a necessidade do município de João Pessoa de promover os atos relativos ao desenvolvimento do Programa de Residência Multiprofissional da Secretaria de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade do preenchimento das vagas remanescentes do Processo Seletivo – 2024/2025 para o ingresso de novos profissionais na referida Residência.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar uma Comissão de Organização do Processo Seletivo – 2024/2025, para preenchimento das vagas remanescentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde.

Art. 2º - Designar os seguintes membros para compor referida Comissão:

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
REBECCA FARIAS DE ARAÚJO BARBOSA	Presidente	58.042-2
VIVIAN STEVE DE LIMA	Vice-presidente	101.386-8
JEOVANA LUCENA ZUPPOLINI STROPP	Secretária	95.256-7

Art.3º - A presente comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do Processo Seletivo – 2024/2025, destinado ao preenchimento das vagas remanescentes do Programa de Residência Multiprofissional da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art 5º Essa Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art 6º - Publique-se.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/931E-E73A-9CBE-627D>




Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/78C0-CF1D-C75C-A1CB>




Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/78C0-CF1D-C75C-A1CB>






VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8F31-8F41-27B2-A4C2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 20/12/2024 10:36:50 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8F31-8F41-27B2-A4C2>

SEREM

PORTARIA TRIBUTÁRIA Nº. 016/SEREM João Pessoa, 20 de dezembro de 2024


O SECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, parágrafo único, inciso II da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, e tendo em vista o disposto no artigo 274 da Lei Complementar nº. 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal), bem como no artigo 585 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº. 6.829, de 11 de março de 2010;

RESOLVE:


Art. 1º Fixar em R\$ 49,74 (quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos), o valor da Unidade Fiscal de Referência do Município de João Pessoa – UFIR/JP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

SEBASTIÃO FEITOSA ALVES
Secretário da Receita Municipal




VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4168-77F7-54C7-CED8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SEBASTIAO FEITOSA ALVES (CPF 131.XXX.XXX-72) em 20/12/2024 09:34:44 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/4168-77F7-54C7-CED8>

SEDURB

EDITAL DE CHAMAMENTO – SEDURB
Nº 006/2024

FORRÓ VERÃO 2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, por meio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO que a partir da data da publicação deste Edital até o dia 30/12/24, estará recebendo inscrições dos comerciantes ambulantes e outros interessados em instalar qualquer tipo de estrutura nos polos carnavalescos, que desejem participar dos eventos **FORRÓ VERÃO 2025**, que ocorrerão respectivamente nos dias 04/01/25, 11/01/25, 18/01/25 e 25/01/25, nos termos deste Edital de Chamamento.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a regularização de uso de solo de área pública durante os eventos **FORRÓ VERÃO 2025**.

1.2 O evento **FORRÓ VERÃO 2025** ocorrerá nos dias 04/01/25, 11/01/25, 18/01/25 e 25/01/25, no Busto de Tamandaré.

2. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira em situação regular no país, maior de 18 (dezoito) anos, poderá se habilitar para os fins do presente Chamamento Público, desde que apresentados os documentos exigidos e atendidas as demais normas preconizadas neste edital.

2.2 As inscrições deverão ser realizadas através da plataforma 1doc (<https://joaopessoa.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>) endereçados ao setor "SEDURB-DCP – Divisão de Controle e Posturas" com o assunto "FORRÓ VERÃO 2025" da publicação deste edital até as 23h59 do dia 30/12/24, ou presencialmente no edifício do Centro de Comercialização de Agricultura Familiar – CECAF (1º andar – Divisão de Controle e Posturas – DCP) na Avenida Hilton Souto Maior, 1112 – José Américo, da publicação deste edital até o dia 30/12/24 das 8h às 14h.

2.3 No ato da inscrição, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Termo de compromisso (Anexos I) devidamente preenchido e assinado;
b) Cópia do RG e CPF;
c) Cópia do comprovante atual de residência (até três meses) em nome do interessado;
d) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

2.4 A ausência ou ilegitimidade de qualquer dos documentos especificados no item 2.3 deste Edital implicará na desclassificação do interessado.

3. DO PROCESSAMENTO DAS INSCRIÇÕES

3.1 Caberá à SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB, através da Divisão de Controle de Posturas - DCP, receber, analisar e classificar as inscrições, podendo indeferir as que não atenderem aos requisitos deste edital.

3.2 No ato da inscrição, os comerciantes deverão informar TODOS os dias que desejam participar e a estrutura que pretendem utilizar em cada um deles.

3.3 Quem optar por solicitar montagem de qualquer estrutura, deverá apresentar *layout* com detalhamento da estrutura que deseja instalar e a indicação da localização para montagem de tais estruturas.

3.4 Caso deseje expor publicidade de qualquer natureza, o requerente deverá indicar detalhadamente a especificação desta em seu requerimento, inclusive constando: dimensões, material, uso ou não de luzes e marca que pretende divulgar.

4. DAS VAGAS POR POLOS E SEGUIMENTOS DOS INTERESSADOS

4.1 As 230 (duzentos e trinta) vagas serão distribuídas da seguinte forma:

ATIVIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS
TENDAS DE ALIMENTAÇÃO	50
ESTRUTURA MÓVEL - MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS <u>SEM</u> FONTE DE CALOR	30
ESTRUTURA MÓVEL - MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS <u>COM</u> FONTE DE CALOR	50
BEBIDAS E COMIDAS PRONTAS- ISOPOR/COOLER/TABULEIRO	80
FOOD TRUCKS	20
TOTAL:	230

4.2 Os ambulantes contemplados no Projeto Revitaliza – Eventos de Rua serão priorizados para colocação de tendas, conforme preconizado no edital do projeto.

4.3 Os critérios de desempate dos inscritos serão, nessa ordem:
a) Quantidade de eventos de mesmo porte e natureza que participou, com

Assinado por 1 pessoa: JULIANO FERREIRA DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/308A-AEFE-9F45-D4E8> e informe o código 308A-AEFE-9F45-D4E8

Assinado por 1 pessoa: JULIANO FERREIRA DA SILVA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/308A-AEFE-9F45-D4E8> e informe o código 308A-AEFE-9F45-D4E8

- b) Qualidade da estrutura utilizada, que será avaliada pela Divisão de Controle e Posturas - DCP;

4.4 A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB, através da Divisão de Controle e Posturas - DCP, irá elaborar Cadastro de Reserva com os ambulantes inscritos que ficarem fora do número de vagas.

4.5 A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB, através da Divisão de Controle e Posturas - DCP, irá elaborar Cadastro de Reserva com os ambulantes inscritos que ficarem fora do número de vagas,

4.6 Os selecionados para as vagas deverão obedecer as regras de organização e padronização estabelecidas pela Divisão de Controle e Posturas - DCP da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

5.2 A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB poderá, no uso de seu poder discricionário, alterar a quantidade de vagas para mais ou para menos através de instrumento interno.

5.3 O interessado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público.

5.4 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada e, caso a descoberta ocorra após a celebração do termo, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

5.5 Os Inscritos assinarão Termo de Compromisso, no qual constarão as responsabilidades dos ambulantes e deverão utilizar, durante todo evento, identificação que será disponibilizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

5.6 A participação dos ambulantes inscritos no evento FORRÓ VERÃO 2025 fica condicionada ao pagamento de Taxa de Uso de Solo que será calculada pela Divisão de Controle e Posturas no momento da efetivação da inscrição.

5.7 Os comerciantes deverão manter em suas barracas extintores de incêndio certificados pelo Corpo de Bombeiros.

5.8 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Compromisso
b) Programação do Forró Verão 2025

João Pessoa, 23 de dezembro de 2024.

RODRIGO FAGUNDES DE FIGUEIREDO TRIGUEIRO
Secretário de Desenvolvimento Urbano

ANEXO I

Termo de compromisso para comercialização no Forró Verão 2025

Eu, _____, CPF nº _____, estou ciente que, para participar e comercializar durante o evento Forró Verão 2025, devo cumprir as normas e regras descritas neste termo, e que o não cumprimento implicará nas sanções previstas neste termo.

- A montagem das barracas será feita no dia anterior ao dia do evento que irá participar a partir das 22h;
- A desmontagem será feita até às 08h do dia subsequente ao dia do evento que participou;
- Não será aceito em nenhuma hipótese a alteração dos horários acima, tampouco a permanência de uma semana para outra, devendo as estruturas serem montadas para cada dia do evento;
- Fica proibida a obstrução da calçada ou passeio público;
- É proibida a venda ou comercialização de produtos em garrafa de vidro no evento e arredores;
- É proibido ter, manter, conter, guardar ou armazenar produtos em garrafas de vidro no equipamento autorizado, em caixas, isopores, sacolas e outros;
- É proibido o uso e a locação de mesas e cadeiras;
- Os comerciantes autorizados a trabalhar com isopor ou caixa térmica não poderão: levar caixas ou isopores extras, sendo permitido apenas 2 (dois) por inscrição; utilizar isopor ou caixa térmica que esteja em má conservação ou inadequados para o uso;
- Os comerciantes que utilizam gás de cozinha e os espetinhos deverão portar certificados do Corpo de Bombeiros e apresentá-lo quando solicitado;
- É dever do comerciante: manter o local limpo; higienizar todos os materiais e acessórios por eles utilizados; acondicionar o lixo produzido; ter extintor dentro do prazo de validade; não obstruir o passeio público; não está sob efeito de bebidas alcoólicas no atendimento ao público; não vender bebidas alcoólicas a menores de idade; não explorar trabalho infantil; aceitar e respeitar as normas descritas acima;
- As barracas que desejem utilizar energia elétrica deverão ter: cabo para ligação de energia elétrica com no mínimo 20 metros de comprimento e PV com bitola de 2.5mm; e aterramento com varão de cobre compatível;
- A ligação de energia elétrica deverá ser feita até às 15h do dia do evento que irá participar;
- O não cumprimento de qualquer dos itens descritos acima acarretará na remoção do equipamento, no cancelamento da inscrição, bem como no pagamento de taxas, (referentes à remoção ou apreensão).

João Pessoa, ____ de dezembro de 2024.

Comerciante ambulante

ANEXO III
PROGRAMAÇÃO DO FORRÓ VERÃO 2025



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 368A-AEFE-9F45-D46E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JULIAO FERREIRA DA SILVA FILHO (CPF 042.XXX.XXX-56) em 23/12/2024 09:58:14 (GMT-03:00)
 Papel: Parte
 Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/368A-AEFE-9F45-D46E>

SEMUSB

Portaria nº 19/2024, João Pessoa, 20 de dezembro de 2024.

Dispõe sobre a designação e nomeação dos servidores para exercerem as funções de Gestor de Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo para atuar no contrato para aquisição de colete balístico, nível IIIA, adquiridos pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania – SEMUSB, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA URBANA E CIDADANIA – SEMUSB, usando as atribuições que lhe confere o inciso IV, Parágrafo Único do artigo 66 da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e a lei 12.468/2013 de 25 de janeiro de 2013, e ainda, a Lei Federal nº 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar e nomear, para atuar na Comissão de Fiscalização e Recebimento de Coletes Balísticos, nível IIIA, adquiridos pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania – SEMUSB, que tem como objetivo receber e fiscalizar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade, atestando as notas fiscais ou faturas pertinentes.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão de que trata o Art. 1º desta Portaria terá como competências:

- I – Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade dos coletes balísticos, nível IIIA, entregues em cumprimento aos contratos ou instrumentos equivalentes;
- II – Rejeitar os materiais sempre que estiverem fora das especificações dos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes ou, ainda, em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação;
- III – Expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou, no caso de rejeição de material a competente Notificação do fornecedor, exigindo material de qualidade igual ou

- superior à que foi contratada;
- IV – Rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;
- V – Remeter à autoridade superior eventuais Recursos, devidamente instruídos e informados.

Parágrafo Único – Em caso de materiais especiais, a Comissão ora criada poderá solicitar à Unidade Gestora a indicação de profissional habilitado com conhecimento técnico em área específica para a análise e parecer técnico do material contratado.

Art. 3º Determinar que nenhum material seja liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 4º Para fins de funcionamento da comissão criada pela presente Portaria ficam designados e nomeados os seguintes servidores:

GESTOR	MATRÍCULA
DIOGO ABRANTES DA SILVA GUEDES SERRA	78.688-8

FISCAL TÉCNICO	MATRÍCULA
JOSE ITAMAR DE SIQUEIRA LUCENA	78.821-0
FISCAL ADMINISTRATIVO	MATRÍCULA
FABIANA LACET DE PAULA	79.383-3

Art. 5º Compete ao servidor, designado como gestor do contrato de que trata esta portaria, gerenciar os contratos até o término de sua vigência. O gestor acima designado responde pelo exercício das atribuições a ele confiadas.

Art. 6º Compete aos servidores, designados como fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde os fiscais pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

Art. 7º A comissão ora criada funcionará pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, e os seus Termos/Relatórios/Notificações acerca do recebimento e/ou devolução do material deverão ser assinados pelos seus membros.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Eduardo Menezes Soares
Secretario de Segurança Urbana e Cidadania
Matrícula: 109.239-3

Portaria nº 20/2024, João Pessoa, 20 de dezembro de 2024.

Dispõe sobre a designação e nomeação dos servidores para exercerem as funções de Gestor de Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo para atuar no contrato para aquisição de uniformes e acessórios adquiridos pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania – SEMUSB, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA URBANA E CIDADANIA – SEMUSB, usando as atribuições que lhe confere o inciso IV, Parágrafo Único do artigo 66 da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, de 02 de abril de 1990, e a lei 12.468/2013 de 25 de janeiro de 2013, e ainda, a Lei Federal nº 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Designar e nomear, para atuar na Comissão de Fiscalização e Recebimento de Uniformes e Acessórios adquiridos pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania – SEMUSB, que tem como objetivo receber e fiscalizar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade, atestando as notas fiscais ou faturas pertinentes.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão de que trata o Art. 1º desta Portaria terá como competências:

I – Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e à qualidade, todos os uniformes e acessórios entregues em cumprimento aos contratos ou instrumentos equivalentes;

II – Rejeitar os materiais sempre que estiverem fora das especificações dos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes ou, ainda, em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação;

III – Expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou, no caso de rejeição de material a competente Notificação do fornecedor, exigindo material de qualidade igual ou superior à que foi contratada;

IV – Rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;

V – Remeter à autoridade superior eventuais Recursos, devidamente instruídos e informados.

Parágrafo Único – Em caso de materiais especiais, a Comissão ora criada poderá solicitar à Unidade gestora a indicação de profissional habilitado com conhecimento técnico em área específica para respectiva análise e parecer técnico do item contratado.

Art. 3º Determinar que nenhum material seja liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 4º Para fins de funcionamento da comissão criada pela presente Portaria ficam designados e nomeados os seguintes servidores:

GESTOR	MATRÍCULA
CRISTIANO CEZAR MOREIRA DAMIÃO SOARES	79.522-4

FISCAL TÉCNICO	MATRÍCULA
ALYSSON CESAR MUNIZ DE ANDRADE E SILVA	78.655-1
FISCAL ADMINISTRATIVO	MATRÍCULA
FABIANA LACET DE PAULA	79.383-3

Art. 5º Compete ao servidor, designado como gestor do contrato de que trata esta portaria, gerenciar os contratos até o término de sua vigência. O gestor acima designado responde pelo exercício das atribuições a ele confiadas.

Art. 6º Compete aos servidores, designados como fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato, fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato os incidentes

Assinado por 1 pessoa: LUIZ EDUARDO DE MENEZES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificador/FAB-4351-FD98-078D> e informe o código FAB-4351-FD98-078D



Assinado por 1 pessoa: LUIZ EDUARDO DE MENEZES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificador/FAB-4351-FD98-078D> e informe o código FAB-4351-FD98-078D



Assinado por 1 pessoa: LUIZ EDUARDO DE MENEZES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificador/FAB-4351-FD98-078D> e informe o código FAB-4351-FD98-078D



Assinado por 1 pessoa: LUIZ EDUARDO DE MENEZES SOARES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificador/FAB-4351-FD98-078D> e informe o código FAB-4351-FD98-078D



contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Responde os fiscais pelo exercício das atribuições a eles confiadas.

Art. 7º A comissão ora criada funcionará pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, e os seus Termos/Relatórios/Notificações acerca do recebimento e/ou devolução do material deverão ser assinados pelos seus membros.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luiz Eduardo Menezes Soares
Secretario de Segurança Urbana e Cidadania
Matricula: 109.239-3



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: FA88-4351-FD68-0F8D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIZ EDUARDO DE MENEZES SOARES (CPF 007.XXX.XXX-48) em 20/12/2024 10:13:48
(GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/FA88-4351-FD68-0F8D>

SEDHUC

Portaria Nº 23/2024

Em, 18 de dezembro de 2024.

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão de Seleção do Edital CMDCA-JP/FMDCA, no exercício de 2025, para seleção de parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

A SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições previstas no art. 30, do Decreto Municipal nº 9.905, de 11 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º. Designar como membros da Comissão de Seleção do Edital CMDCA/FMDCA 2025 os seguintes servidores:

I – **ALCILENE DA COSTA ANDRADE**, matrícula nº 82.794-1, Representante da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEDEC, como Presidente da Comissão de Seleção do Edital CMDCA/FMDCA 2025.

II – **INARAYKARLA DE SOUZA PEREIRA**, matrícula nº 100.464-8, Representante da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEDHUC, como Membro Titular da Comissão de Seleção do Edital CMDCA/FMDCA 2025.

III – **ANDRIELLY DE SOUZA MENEZES**, matrícula nº 101.784-7, Representante da SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEDHUC, como Membro Titular da Comissão de Seleção do Edital CMDCA/FMDCA 2025.

IV – **ANA IZABEL HONÓRIO DE H. MELO**, matrícula nº 76.853-7, Representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS, como Membro Titular da Comissão de Seleção do Edital CMDCA/FMDCA 2025.

V – **SILVIO ROMERO MACÊDO DE BRITO**, matrícula nº 94.850-1, Representante da SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL – SEGGOV, como Membro Titular da Comissão de Seleção do Edital CMDCA/FMDCA 2025.

Art. 2º. Os serviços prestados pelos servidores, ora designados, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º. Esta Portaria retroage seus efeitos a 18 de dezembro de 2024.

MARIA BENICLEIDE SILVA SILVESTRE
Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Assinado por 1 pessoa: MARIA BENICLEIDE DA SILVA SILVESTRE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/371F-BCFC-9F30-8BB5> e informe o código 371F-BCFC-9F30-8BB5



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 371F-BCFC-9F30-8BB5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA BENICLEIDE DA SILVA SILVESTRE (CPF 805.XXX.XXX-20) em 23/12/2024 13:55:44
(GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/371F-BCFC-9F30-8BB5>

EXTRATO

EXTRATO Nº. 1.152/2024 DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2024 AO CONTRATO Nº. 11.188/2024 PARA ALTERAR A(S) CLAUSULA(S) 5 e 14 REFERENTE AO (À) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOHOSPITALARES, ELETROELETRÔNICOS, MOBILIÁRIOS ADMINISTRATIVOS E HOSPITALARES DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS HOSPITAIS MUNICIPAIS, UPAS, SAMU E HOSPITAL DIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E INTERMED EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR LTDA, ENTIDADE CONTRATADA EM VIRTUDE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.036/2024.

Processo Administrativo nº. 29.898/2024

OBJETIVO: Alteração da (s) cláusula (s) 5 e 14;

5. PREÇO

5.1A Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)**, correspondente à execução do objeto do presente contrato e ao acréscimo de vinte e cinco por cento, conforme o Anexo do contrato, correspondente à contratação do objeto do presente contrato.

5.2. O valor do acréscimo de 25% sobre o valor global do contrato, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, foi de **R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)**.

14.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Os recursos financeiros necessários para o custeio do Contrato são os seguintes:

-13.301.10.302.5139.461484 – INV - HOSPITALAR E AMBULATORIAL - CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO REDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA SAÚDE MUNICIPAL

-FONTE DE RECURSOS: 1500 – ORDINÁRIOS

-ELEMENTO DESPESA:44.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteráveis.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO (A): INTERMED EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR LTDA
DATA DA ASSINATURA: 19 DE DEZEMBRO DE 2024

LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
SAÚDE/PMJP

Assinado por 1 pessoa: LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/079F-502B-7ADA-3C4C> e informe o código 079F-502B-7ADA-3C4C



EXTRATO Nº. 1.282/2024 DO TERMO ADITIVO Nº. 024/2024 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO-RESIDENCIAL Nº. 195/2007, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRÁVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E HUGO JOSÉ REIS DA SILVA.

Proc. Administrativo nº. 125.607/2024

OBJETIVO: Alteração das Cláusulas Segunda, Terceira e Quarta:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
2.1 Os recursos financeiros necessários para o custeio do Contrato são os seguintes:

- 13.301.10.301.5005.464497 – AB – PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE - MANTER E IMPLEMENTAR AS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA EM JOÃO PESSOA
- FONTE DE RECURSOS: 1500 – ORDINÁRIOS
- FONTE DE RECURSOS: 1600 – SUS
- ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
3.1 A locatária pagará ao (à) LOCADOR (A) o valor de R\$ 1.146,86 (hum mil cento e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos) mensais, perfazendo o valor global anual de R\$ 13.762,32 (treze mil setecentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos), a título de reajuste até o dia 15 do mês subsequente a utilização do imóvel.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, DA RESCISÃO ANTECIPADA E DOREAJUSTE
4.1 O presente Aditivo terá vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir de 31 de Dezembro de 2024, nos termos do artigo 3º, da Lei nº. 8.245/1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

As demais Cláusulas do Contrato inicial permanecem inalteráveis.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO (A): HUGO JOSÉ REIS DA SILVA
DATA DA ASSINATURA: 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Luís Ferreira de Sousa Filho
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS

Código para verificação: F3EA-C7BB-5B85-6A6C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 18/12/2024 10:42:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F3EA-C7BB-5B85-6A6C>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.066/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de mobiliários para atender as demandas da educação infantil da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e VENDE TUDO MAGAZINE LTDA, CNPJ: 05.765.913.0001-12.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22.472/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.002/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Odinaldo Queiroga de Sousa, pela empresa VENDE TUDO MAGAZINE LTDA.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 500 - Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550 – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência: O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Órgão de Imprensa Oficial.

VALOR GLOBAL: R\$ 48.193,00 (quarenta e oito mil, cento e noventa e três reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 35F2-F6EF-EEB9-7245

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 20/12/2024 14:44:46 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/35F2-F6EF-EEB9-7245>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.073/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de alvenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP, CNPJ: 01.091.310/0001-21

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24.453/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.015/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR, pela empresa RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102549
Natureza: 3.3.90.32
Fonte: 500 - Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550 – FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$152.320,00 (cento e cinquenta e dois mil e trezentos e vinte reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: A36F-EB52-B9EA-1C8F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:46:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A36F-EB52-B9EA-1C8F>

Assinado por 1 pessoa: LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F3EA-C7BB-5B85-6A6C>



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/35F2-F6EF-EEB9-7245>



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/A36F-EB52-B9EA-1C8F>



EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.075/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de alvenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**, CNPJ: 27.073.801/0001-33.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24.453/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.015/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Felipe Gustavo Borges da Silva, pela empresa **CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$73.044,00 (setenta e três mil e quarenta e quatro reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/1C06-4137-A8C6-2388 e informe o código 1C06-4137-A8C6-2388



EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.076/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de alvenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **OSVALDO R AGRA DE SOUZA COMERCIO E SERVICOS**, CNPJ: 46.871.900/0001-05

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24.453/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.015/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Osvaldo Roberto Agra de Souza, pela empresa **OSVALDO R AGRA DE SOUZA COMERCIO E SERVICOS**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$5.514,50 (cinco mil e quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/931E-E73A-9CBE-627D e informe o código 931E-E73A-9CBE-627D



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 931E-E73A-9CBE-627D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 15:35:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/931E-E73A-9CBE-627D>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.077/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de alvenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA**, CNPJ: 35.494.616/0001-40.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24.453/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.015/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. SANDRO LUÍS ARAÚJO ALVES, pela empresa **MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30
Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$145.487,00 (cento e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e sete reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6CC3-DC77-3573-7BF8 e informe o código 6CC3-DC77-3573-7BF8



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6CC3-DC77-3573-7BF8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 11:04:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6CC3-DC77-3573-7BF8>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.078/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de alvenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO**, CNPJ: 49.313.200/0001-93.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24.453/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.015/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. HEITOR MEDEIROS ARAUJO DA SILVA, pela empresa **H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$500.665,00 (quinhentos mil e seiscentos e sessenta e cinco reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 5DE2-2476-ADA1-88D2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 10:45:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5DE2-2476-ADA1-88D2>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.080/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de marcenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **MARKET - COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA**, CNPJ: 24.486.986/0001-10.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25.103/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.017/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr.) Jan Van Eyck Batista de Sena, pela empresa **MARKET - COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 28.670,00 (vinte e oito mil, seiscentos e setenta reais).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 8754-F9A3-CC8D-09F7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:44:43 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/8754-F9A3-CC8D-09F7>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.081/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de marcenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA**, CNPJ: 35.494.616/0001-40.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25.103/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.017/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. SANDRO LUIS ARAÚJO ALVES, pela empresa **MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30
Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 85.695,10 (oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dez centavos).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0CF5-23E1-7BF4-A7B6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 11:03:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0CF5-23E1-7BF4-A7B6>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.083/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de marcenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **SEVERINO DOS RAMOS OLIVEIRA LTDA**, CNPJ: 52.825.640/0001-34.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25.103/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.017/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Severino dos Ramos Oliveira, pela empresa **SEVERINO DOS RAMOS OLIVEIRA LTDA**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30
Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 364.459,70 (trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: F2CF-0791-1756-63AB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 11:01:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/F2CF-0791-1756-63AB>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.084/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais de marcenaria destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**, CNPJ: 27.073.801/0001-33.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25.103/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.017/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. Felipe Gustavo Borges da Silva, pela empresa **CONDE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**.

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30
Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 210.197,06 (duzentos e dez mil, cento e noventa e sete reais e seis centavos)

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 003A-AC2F-629C-D1E3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:50:23 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/003A-AC2F-629C-D1E3>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.085/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de MOBILIÁRIO para atender às demandas de Escolas e CMEIS da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **BRASFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, CNPJ: 03.422.922/0001-85.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26.039/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.008/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sra. ANA KARINA BEZERRA MAIA, pela empresa **BRASFLEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.780.355,49 (um milhão, setecentos e oitenta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1019-3562-EEF1-7C8B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:53:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/1019-3562-EEF1-7C8B>

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 10.086/2024

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de MOBILIÁRIO para atender às demandas de Escolas e CMEIS da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Partes: Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa e **NOVA CONQUISTA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ: 14.209.485/0001-32.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26.039/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.008/2024

Signatários: Sra. Maria América Assis de Castro, pela Secretaria de Educação e Cultura, e o Sr. RAMON DE LIMA MARQUES, pela empresa **NOVA CONQUISTA - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

Classificação: 10.101.12.361.5417.102498; 10.101.12.365.5417.102682
Natureza: 3.3.90.30

Fonte: 500 -Recursos não vinculados de impostos
540 – FUNDEB
550– FNDE – SALÁRIO EDUCAÇÃO

Vigência O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 942.190,43 (Novecentos e quarenta e dois mil, cento e noventa reais e quarenta e três centavos)

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0A39-56DA-F503-65C8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:54:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0A39-56DA-F503-65C8>

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.066/2023
MEMORANDO: 168.524/2024.
1º termo aditivo ao contrato nº 11.052/2024 – PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E PARALELEPÍEDO E DRENAGEM EM 04 RUAS NO BAIRRO DA PENHA EM JOÃO PESSOA/PB.
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.
CONTRATADA: **AM3 ENGENHARIA LTDA**.
OBJETO: É objeto do presente aditivo o acréscimo do valor contratual em R\$ 35.972,37, assim como o acréscimo no prazo de execução dos serviços e contratual em 06 (seis) meses.
BASE LEGAL: Lei 8.666/93.
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto/ PMJP e Fabrício Santos de Oliveira/ AM3 ENGENHARIA LTDA.

João Pessoa, 10 de dezembro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11.128/2024/SEINFRA – DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.051/2024/SEINFRA – DOC / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.276/2024
CHAVE: 93JC-A4PD-6USW-CH9A
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB
CONTRATADA: CONSTRUPAV EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ: 30.251.160/0001-74.
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO DE 33 RUAS, LOCALIZADAS EM DIVERSOS BAIRROS, EM JOÃO PESSOA/PB (BAIRROS: GRAMAME, OITZEIRO, JARDIM VENEZA E BANCÁRIOS) – LOTE XVI BN.
VIGÊNCIA: O prazo contratual decorre de mais 06 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.
VALOR TOTAL: R\$ 9.785.885,00 (NOVE MILHÕES, SETECENTOS E OITENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).
Classificação Funcional: 11000.11101.15.451.5099.111063 SISTEMA VIÁRIO
Natureza da despesa: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recursos:
1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos
1.7.04 – Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural
1.7.54 – Recursos de Operações de Crédito
Signatários: RUBENS FALCÃO DA SILVA NETO - PMJP / JOÃO VITOR SOUZA TORRES CABRAL - CONSTRUPAV EMPREENDIMENTOS LTDA
Data da assinatura: 19 de dezembro de 2024.

João Pessoa, 19 de dezembro de 2024.

Rubens Falcão da Silva Neto
Secretário Municipal de Infraestrutura/PMJP

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/1019-3562-EEF1-7C8B> e informe o código 1019-3562-EEF1-7C8B



Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0A39-56DA-F503-65C8> e informe o código 0A39-56DA-F503-65C8



Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0A39-56DA-F503-65C8> e informe o código 0A39-56DA-F503-65C8





VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: EAEC-8A8D-FD7E-ACD7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 23/12/2024 07:09:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/EAEC-8A8D-FD7E-ACD7>

EXTRATO N.º 246/2024

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, PARA AQUISIÇÃO DE SERINGAS DESCARTÁVEIS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, com vigência de 5 (cinco) anos e possibilidade de prorrogação, nos termos dos artigos 106-107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite da dispensa por valor, com eficácia após a publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no Portal de Transparência Pública do Município e Semanário Oficial do Município, nas classificações funcionais programáticas seguintes:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde.

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.397/2024	MEDICAL MERCANTIL DE APARELHAGEM MEDICA LTDA	R\$ 21.700,00 (Vinte e Um mil e Setecentos Reais)	19 de dezembro de 2024

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas
CONTRATANTE

Assinado por 1 pessoa: QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BC5B-88D4-293C-3E03> e informe o código BC5B-88D4-293C-3E03



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: BC5B-88D4-293C-3E03

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 23/12/2024 07:10:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BC5B-88D4-293C-3E03>

EXTRATO N.º 248/2024

O Instituto Cândida Vargas, ora Contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, PARA AQUISIÇÃO DE SERINGAS DESCARTÁVEIS PARA O INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS, de modo a atender as finalidades precípuas da Administração, com vigência de 5 (cinco) anos e possibilidade de prorrogação, nos termos dos artigos 106-107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite da dispensa por valor, com eficácia após a publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), no Portal de Transparência Pública do Município e Semanário Oficial do Município, nas classificações funcionais programáticas seguintes:

- 452110 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar;
- 3.3.90.30 - Elemento de Despesa: Material de Consumo;
- 1.6.59.01 - Fonte de Recursos: Outros Recursos Vinculados à Saúde.

CONTRATO	CONTRATADA	VALOR	DATA
62.393/2024	JM COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA-ME	R\$ 83.800,00 (Oitenta e Três mil e Oitocentos Reais)	23 de dezembro de 2024

INSTITUTO CÂNDIDA VARGAS/PMJP
QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Diretor Geral do Instituto Cândida Vargas
CONTRATANTE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: CBF8-A27C-D7F3-8E92

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ QUINTINO REGIS DE BRITO NETO (CPF 072.XXX.XXX-34) em 23/12/2024 11:58:05 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CBF8-A27C-D7F3-8E92>

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO DE N.º 812/2024
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA – FUNJOPE
CONTRATADO(A): PAGODE DO MEU AGRADO
OBJETO: Contrata o(a) referido(a) grupo artístico para o serviço de 01 (uma) apresentação musical, como parte da programação do evento “PROGRAMAÇÃO DE FINAL DE ANO - 2024”, na data do dia vinte e oito de dezembro de 2024 (28/12/2024), com início previsto a partir das 21h:00min, no Busto de Tamararé, no Bairro de Tambaú, nesta Capital, como parte das ações culturais e de socialização, em prol da população da cidade de João Pessoa.
VALOR TOTAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

João Pessoa – PB, em 21 de dezembro de 2024.

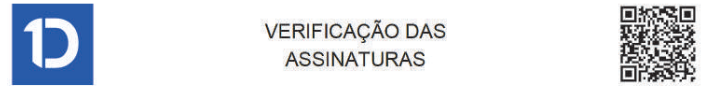
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA – FUNJOPE
Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo

Assinado por 1 pessoa: QUINTINO REGIS DE BRITO NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CBF8-A27C-D7F3-8E92> e informe o código CBF8-A27C-D7F3-8E92



Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/51E-205B-CF4A-60E4> e informe o código 51E-205B-CF4A-60E4





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 515E-20E6-CFA8-50E4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 22/12/2024 10:13:38 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/515E-20E6-CFA8-50E4>

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.104/2024
PROCESSO ADM. Nº 20.951/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.060/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.104/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de KIT ESCOLAR, para atender o ano letivo de 2025, incluso montagem e entrega, com logomarca do Município de João Pessoa e da Secretaria Municipal da Educação – SEDEC, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE
- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: SUPRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.						
CNPJ: 30.294.882/0001-06						
FONE/FAX: (81) 3097-0624						
END: Av. Estância, 405 - Areias, Recife - PE, 50.781-130						
CEP: 50.781-130						
E-MAIL: supradm12@gmail.com						
RESPONSÁVEL LEGAL: ARISTONE PEREIRA PESSOA						
CPF Nº 185.023.504-04						
LOTE 8 - COTA RESERVADA - EJA						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	UNID.	CADERNO UNIVERSITÁRIO 200 FOLHAS - Caderno Universitário Espiralado: Dimensões Mínimas: 200 mm de largura x 275 mm de comprimento. Tolerância +10%. Miolo: 200 folhas téis (não	3 Unid.	CREDEAL	R\$ 14,86	R\$ 44,58

		contadas as divisórias); 10 matérias; Papel offset branco; Gramatura mínima: 56g/m². Espiral. Matéria-prima: arame com revestimento preto; Espessura mínima: 1,20 mm; Trava "Coil Locker". Pauta: Frente e verso; Mínimo de 27 pautas por página; Cabeçalho e rodapé ou pauta contínua. Divisórias: Off-set; Gramatura mínima de 63 g/m²; A cada 20 folhas; Caps e Contracaps: Duras; Impressão: 4x0 cores; Matéria-prima: papelão; Gramatura mínima 750 g/m²; Acabamento: Plastificação; Revestimento da capa e contracapa: Papel Offset; Gramatura mínima de 115g/m², com guarda em offset com gramatura mínima de 100g/m². Na contracapa deverão constar as seguintes informações: Caderno universitário, formato 200 mm x 275 mm; NBR 15733:2012; Nome do fabricante; Certificação: FSC ou CERFLOR.				
2	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA – AZUL – Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Da mesma cor da tinta. Furacão anti-asfixiante. Esfera: Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento. Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta. Tinta: Atóxica. Pastas esferográficas permanentes na cor azul. Desempenho de Escrita: A caneta deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem	2 Unid.	COMPACTOR	R\$ 0,50	R\$ 1,00
		borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permita a retração da ponta durante a escrita. Selo do INMETRO.				
3	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA – PRETA: Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Da mesma cor da tinta. Furacão anti-asfixiante. Esfera: Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento. Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta. Tinta: Atóxica. Pastas esferográficas permanentes na cor preta. Desempenho de Escrita: A caneta deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permita a retração da ponta durante a escrita. Selo do INMETRO.	2 Unid.	COMPACTOR	R\$ 0,50	R\$ 1,00
		CANETA ESFEROGRÁFICA – VERMELHA: Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Da mesma cor da tinta. Furacão anti-asfixiante. Esfera: Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm				
4	UNID.	CANETA ESFEROGRÁFICA – VERMELHA: Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Da mesma cor da tinta. Furacão anti-asfixiante. Esfera: Tungstênio com diâmetro de 1.0 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm	1 Unid.	COMPACTOR	R\$ 0,50	R\$ 0,50

Assinado digitalmente por ARISTONE PEREIRA PESSOA em 22/12/2024 15:58:41. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/515E-20E6-CFA8-50E4>

Assinado digitalmente por AURISTON PEREIRA PESSOA em 22/12/2024 15:58:41. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/515E-20E6-CFA8-50E4>

		de comprimento. Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta. Tinta: Atóxica. Pastas esférogáficas permanentes na cor verde-oliva. Desempenho de Escrita: A caneta deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permitam a retração da ponta durante a escrita. Selo do INMETRO.				
5	UNID.	GRAFITE 0.7 - Tubo com 12 unidades. Especificação: Grafite HB para uso em lapiseiras 0.7mm; Espessura: 0.7mm; não tóxico. Embalagem: Fornecidos em estojo plástico, com tampa, contendo 12 grafites.	2 Unid.	LEONORA	R\$ 0,46	R\$ 0,92
6	UNID.	LAPISEIRA 0.7 MM: Especificações: Lapiseira 0,7mm; Material plástico; Com prendedor e ponteira de metal; Cores: preta ou azul; Recarregável; Com ponta (ou canção) fixa; Com selo do INMETRO.	2 Unid.	LEONORA	R\$ 3,53	R\$ 7,06
7	UNID.	RÉGUA 30cm - Régua, transparente, confeccionada em poliestireno cristal virgem, divisão em milímetros com destaque a cada 5mm, marcações numeradas a cada centímetro, escala externa clausurada. As demarcações deverão ser claras e precisas, não podendo apresentar falhas, manchas ou serem facilmente removidas. Dimensões mínimas: comprimento 300mm x Largura 35mm x Espessura 3mm. Tolerância +10%. Produto certificado pelo Inmetro (Selo do INMETRO), NBR 15236:2020.	1 Unid.	MAXCRILL	R\$ 1,45	R\$ 1,45

TOTAL DE KITS: 1.115 (MIL, CENTO E QUINZE)
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$ 56,51 (CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 63.008,65 (SESSENTA E TRÊS MIL, OITO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).

- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**
- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**
- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

AURISTON CASTRO
PEREIRA
PESSOA
185.023.504-04
Assinado de forma digital por AURISTON CASTRO PEREIRA PESSOA
185.023.504-04
Dados: 2024.12.23 15:59:37 -03'00'

- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**
- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.
- 8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**
- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

AURISTON CASTRO
PEREIRA
PESSOA
185.023.504-04
Assinado de forma digital por AURISTON CASTRO PEREIRA PESSOA
185.023.504-04
Dados: 2024.12.23 15:59:47 -03'00'

8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1, 8.6.2, e 8.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.10.1. Por razão de interesse público;
- 8.10.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 8.10.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

AURISTONE
PEREIRA PESSOA:
185.023.504-04

Assinado de forma digital por
AURISTONE PEREIRA PESSOA:
185.023.504-04
Dados: 2024.12.20 16:00:07
-03'00'

Supra Distribuidora de Material Hospitalar Ltda
CNPJ Nº 30.294.882/0001-06
Responsável Legal: Aristone Pereira Pessoa
CPF de nº 185.023.504-04

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.014/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.058/2024
PROCESSO ADM. Nº 20.951/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.014/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de KIT ESCOLAR, para atender o ano letivo de 2025, incluso montagem e entrega, com logomarca do Município de João Pessoa e da Secretaria Municipal da Educação – SEDEC, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	CAVALCANTE SOUTO ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA
CNPJ:	22.526.394/0001-59
FONE/FAX:	(83) 98211-1723 X (83) 3063-3388
END:	Av. Presidente Getúlio Vargas, 400
CEP:	58.400-052
CIDADE/ESTADO	Campina Grande – PB
EMAIL:	muxtelevidas@gmail.com
RESPONSÁVEL LEGAL:	Antony Patrick Cavaleante Souto
RG	Nº4.394.780
SSDS	CPF Nº 107.885.664-82

CAVALCANTE SOUTO
ARTIGOS DE PAPELARIA
LTDA-22.526.394/0001-59

Assinado de forma digital por
CAVALCANTE SOUTO
ARTIGOS DE PAPELARIA
LTDA-22.526.394/0001-59
Dados: 2024.12.20 16:00:07

LOTE 2 - KIT EDUCAÇÃO INFANTIL (A PARTIR DO MATERNAL I AO PRÉ II) (COTA RESERVADA)						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	UND	AGENDA PERMANENTE	01	JANDALA	R\$ 12,00	R\$ 12,00
02	UND	APONTADOR	02	MASTER	R\$ 0,72	R\$ 1,44
03	UND	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40	02	BAZZE	R\$ 0,35	R\$ 0,70
04	UND	CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS	02	JANDALA	R\$ 6,40	R\$ 12,80
05	CX.	CANETINHA HIDROGRÁFICA	01	MASTER	R\$ 3,40	R\$ 3,40
06	UND	COLA BRANCA ESCOLAR (90 G)	02	BAMBINI	R\$ 1,54	R\$ 3,08
07	CX.	COLA COLORIDA – 6 CORES	03	BAMBINI	R\$ 4,63	R\$ 13,89
08	CX.	GIZ DE CERA (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES)	01	MASTER	R\$ 3,30	R\$ 3,30
09	CX.	LÁPIS DE COR (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES)	02	BAZZE	R\$ 2,40	R\$ 4,80
10	UND	LÁPIS GRÁFITE	04	LEOELEO	R\$ 0,25	R\$ 1,00
11	CX.	MASSINHA DE MODELAR	02	MASTER	R\$ 3,00	R\$ 6,00
12	UND	PASTA COM ELÁSTICO	01	POLIBRAS	R\$ 6,57	R\$ 6,57
13	UND	PINCEL REDONDO Nº 8	01	LEOELEO LEONORA	R\$ 1,24	R\$ 1,24
14	CX.	TINTA GUACHE ESCOLAR 15 ML	01	MASTER	R\$ 2,53	R\$ 2,53
15	UND	TESOURA DE PONTA ARREDONDADA	01	LYKE	R\$ 1,43	R\$ 1,43

Assinado de forma digital por
AURISTONE PEREIRA PESSOA:
185.023.504-04
Dados: 2024.12.20 16:00:07



QUANTIDADE TOTAL DOS KITS: 3.535 (três mil, quinhentos e trinta e cinco).
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$: 74,18 (setenta e quatro reais e dezoito centavos).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$: 262.226,30 (duzentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte e seis reais e trinta centavos).

LOTE 3 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL I (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	UND	APONTADOR	02	MASTER	R\$ 0,72	R\$ 1,44
02	UND	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40	02	BAZZE	R\$ 0,35	R\$ 0,70
03	UND	CADERNO "BROCHURÃO" - 80 FOLHAS	04	JANDALA	R\$ 5,40	R\$ 21,60
04	UND	CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS -	01	JANDALA	R\$ 6,40	R\$ 6,40
05	CX.	CANETINHA HIDROGRÁFICA	01	MASTER	R\$ 3,40	R\$ 3,40
06	UND	COLA BRANCA ESCOLAR (90 G)	01	BAMBINI	R\$ 1,54	R\$ 1,54
07	CX.	COLA COLORIDA - 6 CORES	03	BAMBINI	R\$ 4,63	R\$ 13,89
08	CX.	LÁPIS DE COR (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES)	01	BAZZE	R\$ 2,40	R\$ 2,40
09	UND	LÁPIS GRAFITE	04	LEOELEO	R\$ 0,25	R\$ 1,00
10	UND	TESOURA -	01	LYKE	R\$ 1,43	R\$ 1,43

QUANTIDADE TOTAL DOS KITS: 26.391 (vinte e seis mil, trezentos e noventa e um).
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$: 53,80 (cinquenta e três reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$: 1.419.835,80 (um milhão quatrocentos e dezenove mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos)

LOTE 4 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL I (COTA RESERVADA)						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL

01	UND	APONTADOR	02	MASTER	R\$ 0,72	R\$ 1,44
02	UND	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40	02	BAZZE	R\$ 0,35	R\$ 0,70
03	UND	CADERNO "BROCHURÃO" - 80 FOLHAS	04	JANDALA	R\$ 5,40	R\$ 21,60
04	UND	CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS -	01	JANDALA	R\$ 6,40	R\$ 6,40
05	CX.	CANETINHA HIDROGRÁFICA	01	MASTER	R\$ 3,40	R\$ 3,40
06	UND	COLA BRANCA ESCOLAR (90 G)	01	BAMBINI	R\$ 1,54	R\$ 1,54
07	CX.	COLA COLORIDA - 6 CORES	03	BAMBINI	R\$ 4,63	R\$ 13,89
08	CX.	LÁPIS DE COR (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES)	01	BAZZE	R\$ 2,40	R\$ 2,40
09	UND	LÁPIS GRAFITE	04	LEOELEO	R\$ 0,25	R\$ 1,00
10	UND	TESOURA -	01	LYKE	R\$ 1,43	R\$ 1,43

QUANTIDADE TOTAL DOS KITS: 6.598 (seis mil, quinhentos e noventa e oito).
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$: 53,80 (cinquenta e três reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$: 354.972,40 (trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

LOTE 5 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL II (AMPLA CONCORRÊNCIA)						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	UND	APONTADOR	02	MASTER	R\$ 0,72	R\$ 1,44
02	UND	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40	02	BAZZE	R\$ 0,35	R\$ 0,70
03	UND	CADERNO UNIVERSITÁRIO - 200 FOLHAS	02	JANDALA	R\$ 15,30	R\$ 30,60
04	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA - AZUIS	02	BIC	R\$ 0,55	R\$ 1,10
05	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA - PRETA	02	BIC	R\$ 0,55	R\$ 1,10
06	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA - VERMELHA	01	BIC	R\$ 0,55	R\$ 0,55

07	UND	COLA BRANCA ESCOLAR (90 G)	01	BAMBINI	R\$ 1,54	R\$ 1,54
08	UND	ESQUADRO 45°	01	MAXCRILL	R\$ 0,84	R\$ 0,84
09	UND	ESQUADRO 60°	01	MAXCRILL	R\$ 0,84	R\$ 0,84
10	UND	LÁPIS GRAFITE	04	LEOELEO	R\$ 0,25	R\$ 1,00
11	cx.	LÁPIS DE COR (12 CORES)	01	BAZZE	R\$ 2,40	R\$ 2,40
12	UND	RÉGUA 30CM	01	MAXCRILL	R\$ 0,70	R\$ 0,70
13	UND	TRANSFERIDOR 180°	01	MAXCRILL	R\$ 0,88	R\$ 0,88

QUANTIDADE TOTAL DOS KITS: 19.986 (dezenove mil, novecentos e oitenta e seis).
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$: 43,69 (quarenta e três reais e sessenta e nove centavos).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$: 873.188,34 (oitocentos e setenta e três mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos)

LOTE 6 - KIT ENSINO FUNDAMENTAL II (COTA RESERVADA)						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	UND	APONTADOR	02	MASTER	R\$ 0,72	R\$ 1,44
02	UND	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40	02	BAZZE	R\$ 0,35	R\$ 0,70
03	UND	CADERNO UNIVERSITÁRIO - 200 FOLHAS	02	JANDALA	R\$ 15,30	R\$ 30,60
04	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA - AZUIS	02	BIC	R\$ 0,55	R\$ 1,10
05	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA - PRETA	02	BIC	R\$ 0,55	R\$ 1,10
06	UND	CANETA ESFEROGRÁFICA - VERMELHA	01	BIC	R\$ 0,55	R\$ 0,55
07	UND	COLA BRANCA ESCOLAR (90 G)	01	BAMBINI	R\$ 1,54	R\$ 1,54
08	UND	ESQUADRO 45°	01	MAXCRILL	R\$ 0,84	R\$ 0,84
09	UND	ESQUADRO 60°	01	MAXCRILL	R\$ 0,84	R\$ 0,84

10	UND	LÁPIS GRAFITE	04	LEOELEO	R\$ 0,25	R\$ 1,00
11	cx.	LÁPIS DE COR (12 CORES)	01	BAZZE	R\$ 2,40	R\$ 2,40
12	UND	RÉGUA 30CM	01	MAXCRILL	R\$ 0,70	R\$ 0,70
13	UND	TRANSFERIDOR 180°	01	MAXCRILL	R\$ 0,88	R\$ 0,88

QUANTIDADE TOTAL DOS KITS: 4996 (quatro mil, novecentos e noventa e seis).
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$: 43,69 (quarenta e três reais e sessenta e nove centavos).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$: 218.275,24 (duzentos e dezoito mil duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
VALOR TOTAL DOS LOTES 02, 03, 04, 05, 06: R\$ 3.128.498,08 (três milhões, centos e vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos).

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estão assim dispostas:

	Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
ESCOLAS - KIT ENSINO FUNDAMENTAL I E II	10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL, Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
CMEIS - KIT EDUCAÇÃO INFANTIL	10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - Novas Turmas - Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013
KIT EJA	10.101.12.366.5417.102684	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 - Outras transferências de recursos FNDE

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do **APÊNDICE I**, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de

classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, com também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1, 8.6.2, e 8.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- 8.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- 8.10.1. Por razão de interesse público;
- 8.10.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 8.10.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

CAVALCANTE SOUTO ARTIGOS DE
PAPELARIA LTDA22526394000159

CAVALCANTE SOUTO ARTIGOS DE PAPELARIA EIRELI
CNPJ Nº 22.526.394/0001-59
Antony Patrick Cavalcante Souto
CPF Nº107.885.664-82

Assinado por: Maria América Assis de Castro
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/OFF7-CBDE-C048-FBFF> e informe o código OFF7-CBDE-C048-FBFF



Assinado por: Maria América Assis de Castro
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/OFF7-CBDE-C048-FBFF> e informe o código OFF7-CBDE-C048-FBFF



Assinado por: Maria América Assis de Castro
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/OFF7-CBDE-C048-FBFF> e informe o código OFF7-CBDE-C048-FBFF



Assinado por: Maria América Assis de Castro
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/OFF7-CBDE-C048-FBFF> e informe o código OFF7-CBDE-C048-FBFF



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.014/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.059/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.951/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.014/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de KIT ESCOLAR, para atender o ano letivo de 2025, incluso montagem e entrega, com logomarca do Município de João Pessoa e da Secretaria Municipal da Educação – SEDEC, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: ALEA COMERCIAL LTDA NOME FANTASIA: VM DISTRIBUIDORA						
CNPJ: 12.011.917/0003-32						
FONE/FAX: (75) 3021-0321 / (75) 3226-5940						
END: AVENIDA ACESSO RODOVIÁRIO, S/N - SERRA - TERMINAL INTERMODAL DA SERRA - ES						
CEP: 29161-376						
EMAIL: filiales@aleacomercial.com						
RESPONSÁVEL LEGAL: VICTOR FREITAS MEDEIROS						
CPF Nº 007.643.675-60						
LOTE 1 - KIT EDUCAÇÃO INFANTIL (A PARTIR DO MATERNAL I AO PRÉ II)						
LOTE	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	UNID.	AGENDA PERMANENTE	1	MAXIMA	R\$ 14,65	R\$ 14,65

02	UNID.	APONTADOR	2	MAKE	R\$ 0,37	R\$ 0,74
03	UNID.	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº 40	2	MASTER	R\$ 0,26	R\$ 0,52
04	UNID.	CADERNO DE DESENHO 96 FOLHAS	2	MAXIMA	R\$ 6,57	R\$ 13,14
05	CX.	CANETINHA HIDROGRÁFICA	1	GATTE	R\$ 3,21	R\$ 3,21
06	UNID.	COLA BRANCA ESCOLAR (90 G)	2	MAKE	R\$ 1,15	R\$ 2,30
07	CX.	COLA COLORIDA – 6 CORES	3	MAKE	R\$ 3,83	R\$ 11,49
08	CX.	GIZ DE CERA (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES);	1	PIRATININGA	R\$ 3,01	R\$ 3,01
09	CX.	LÁPIS DE COR (CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES)	2	MAKE	R\$ 3,21	R\$ 6,42
10	UNID.	LÁPIS GRAFITE	4	MAKE	R\$ 0,24	R\$ 0,96
11	CX.	MASSINHA DE MODELAR	2	MAKE	R\$ 1,40	R\$ 2,80
12	UNID.	PASTA COM ELÁSTICO	1	ACP	R\$ 3,29	R\$ 3,29
13	UNID.	PINCEL REDONDO Nº 8	1	MAKE	R\$ 0,62	R\$ 0,62
14	CX.	TINTA GUACHE ESCOLAR 15 ML	1	MAKE	R\$ 1,79	R\$ 1,79
15	UNID.	TESOURA SEM PONTA	1	MAKE	R\$ 0,95	R\$ 0,95

VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$ 65,89 (sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

QUANTIDADE TOTAL DE KITS: 14.142 (quatorze mil, cento e quarenta e dois)

VALOR TOTAL DOS KITS: R\$ 931.816,38 (novecentos e trinta e um mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos).

VICTOR
FREITAS
MEDEIROS/007
64367560

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/OFF7-CBDE-CQAB-FBFF> e informe o código OFF7-CBDE-CQAB-FBFF



3.2. As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

	Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
ESCOLAS – KIT ENSINO FUNDAMENTAL I E II	10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 – Outras transferências de recursos FNDE – EITL, Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL.
CMEIS – KIT EDUCAÇÃO INFANTIL	10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 – Outras transferências de recursos FNDE – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – Novas Turmas – Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013
KIT EJA	10.101.12.366.5417.102684	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 – Outras transferências de recursos FNDE

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2. Manterem sua proposta original.

6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.

6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.

VICTOR FREITAS
MEDEIROS/007
4367560

Assinado digitalmente por VICTOR FREITAS MEDEIROS/0076
Data: 2024.12.23
161737-83161



8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.443/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7CBDE-C04B-F8FF> e informe o código 0FF7CBDE-C04B-F8FF

VICTOR FREITAS
MEDEIROS-00764367560

D

- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1, 8.6.2, e 8.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.10.1. Por razão de interesse público;
- 8.10.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 8.10.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7CBDE-C04B-F8FF> e informe o código 0FF7CBDE-C04B-F8FF

VICTOR FREITAS
MEDEIROS-00764367560

D

- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

II. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

VICTOR FREITAS
MEDEIROS:00764367560
7560

Assinado de forma digital por
VICTOR FREITAS
MEDEIROS:00764367560
Dados: 2024.12.20 16:16:09 -03'00'

EMPRESA
ALEA COMERCIAL LTDA
CNPJ Nº 12.011.917/0003-32
RESPONSÁVEL LEGAL
VICTOR FREITAS MEDEIROS
CPF Nº 007.643.675-60

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7CBDE-C04B-F8FF> e informe o código 0FF7CBDE-C04B-F8FF

VICTOR FREITAS
MEDEIROS-00764367560

D

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.014/2024
PROCESSO ADM. Nº 20.951/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.061/2024

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Sra. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 10.014/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de KIT ESCOLAR, para atender o ano letivo de 2025, incluso montagem e entrega, com logomarca do Município de João Pessoa e da Secretaria Municipal da Educação – SEDEC, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: TUTTO LIMP DISTRIBUIDORA LTDA.						
CNPJ: 05.449.553/0001-40						
FONE/FAX: (81) 3097-0624						
END: Rua Engenheiro Arnaldo Lima, 77 - Arcas - Recife/PE						
CEP: 50.781-310						
E-MAIL: comercial@tuttolimp.com						
RESPONSÁVEL LEGAL: CARMEN TRACEMA DE ALMEIDA						
CPF Nº 103.612.864-49						
LOTE 7 - AMPLA CONCORRÊNCIA - EJA						
ITEM	UNID.	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	UNID.	CADERNO UNIVERSITÁRIO 200 POLÍTIAS - Caderno Universitário Espiralado Dimensões Mínimas: 200 mm de largura x 275 mm de comprimento. Tolerância +10%. Miolo 200 folhas (tira (tira	3 Unid.	CREDEAL	R\$ 14,43	R\$ 43,29

CARMEN TRACEMA DE ALMEIDA
CPF Nº 103.612.864-49

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7CBDE-C04B-F8FF> e informe o código 0FF7CBDE-C04B-F8FF

D

		contas as divisórias); 10 matérias; Papel offset branco; Gramatura mínima 56g/m² Espal. Matéria prima: sem cor, revestimento preto; Espessura mínima: 1,20 mm; Tinta "Cal Locker"; Ponta: Frente e verso. Mínimo de 27 pontos por página; Cabeçalho e rodapé ou ponta continua. Divisão: Oitavo; Gramatura mínima de 63 g/m²; A cada 20 folhas. Capa e Contracapa: Dura; Impressão: 40 cores; Matéria-prima: papéis; Gramatura mínima 750 g/m²; Acabamento: Plastificação; Revestimento da capa e contracapa: Papel Offset; Gramatura mínima de 115g/m², com guaiá em offset com gramatura mínima de 100g/m². Na contracapa deverão constar as seguintes informações: Caderno universitário; Formato 200 mm x 275 mm; NBR 15733:2012; Nome do fabricante; Certificação: FSC ou CERFLOR.				
2	UNID.	CANETA ESFEROGRAFICA - AZUL - Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Diâmetro: 10 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento. Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta. Tinta: Alúmina. Pontas esféricas permanentes na cor azul. Desempenho de Escrita: A caneta deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem	2 Unid.	COMPACTOR	R\$ 0,49	R\$ 0,98

CARMEN IRACEMA DE ALMEIDA
Pessoa Física
101.612.864-49

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

		borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permitam a retração da ponta durante a escrita. Selo do INMETRO.				
3	UNID.	CANETA ESFEROGRAFICA - PRETA: Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Diâmetro: 10 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm de comprimento. Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta. Tinta: Alúmina. Pontas esféricas permanentes na cor preta. Desempenho de Escrita: A caneta deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem	2 Unid.	COMPACTOR	R\$ 0,49	R\$ 0,98
4	UNID.	CANETA ESFEROGRAFICA - VERMELHA: Corpo: Matéria-prima: poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido; Dimensões: Diâmetro mínimo do corpo: 7 mm Comprimento mínimo sem tampa: 140 mm. Tolerância +10%. Tampa: Matéria-prima: Polipropileno. Removível com haste para fixação em bolso. Diâmetro: 10 mm. Carga: Tubo em polipropileno transparente com, aproximadamente, 130 mm	1 Unid.	COMPACTOR	R\$ 0,49	R\$ 0,49

CARMEN IRACEMA DE ALMEIDA
Pessoa Física
101.612.864-49

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

		de comprimento. Preenchimento de tinta: mínimo de 110 mm, medido da ponta. Tinta: Alúmina. Pontas esféricas permanentes na cor vermelha. Desempenho de Escrita: A caneta deverá apresentar escrita uniforme e macia, sem falhas, sem borras, sem excesso de tinta durante o traçado e sem folgas que permitam a retração da ponta durante a escrita. Selo do INMETRO.				
5	UNID.	GRAPITE 0.7 - Tubo com 12 unidades. Especificação: Grapite HB para uso em lapiseira 0.7mm; Espessura: 0.7mm; não tóxico. Embalagem: Fornece em estojo plástico, com tampa, contendo 12 grafites.	2 Unid.	LEONORA	R\$ 0,45	R\$ 0,90
6	UNID.	LAPISEIRA 0.7 MM: Especificações: Lapiseira 0.7mm; Material plástico; Com prendedor e ponteira de metal; Cor: preta ou azul; Recarregável; Com ponta (ou canjico) fixa. Com selo do INMETRO.	2 Unid.	LEONORA	R\$ 3,42	R\$ 6,84
7	UNID.	RÉGUA 30cm - Régua, transparente, confeccionada em poliestireno cristal rígido, dividido em milímetros com destaque a cada 5mm, marcações numeradas a cada centímetro, escala externa clausurada. As demarcações deverão ser claras e precisas, não podendo apresentar falhas, manchas ou serem facilmente removidas. Dimensões mínimas: comprimento 300mm x Largura 35mm x Espessura 3mm. Tolerância +10%. Produto certificado pelo Inmetro (Selo do INMETRO). NBR 15236:2020.	1 Unid.	MAXCRILL	R\$ 1,41	R\$ 1,41

TOTAL DE KITS: 4.489 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE)
VALOR UNITÁRIO DO KIT: R\$ 54,89 (CINQUENTA E QUATRO REAIS, OITENTA E NOVE CENTAVOS).
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 244.754,51 (DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REIS, CINQUENTA E UM CENTAVOS).

CARMEN IRACEMA DE ALMEIDA
Pessoa Física
101.612.864-49

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

3.2. As informações orçamentárias e financeiras estão assim dispostas:

	Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
ESCOLAS - KIT ENSINO FUNDAMENTAL I E II	10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL, Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
CMEIS - KIT EDUCAÇÃO INFANTIL	10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - Novas Turmas - Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
KIT EJA	10.101.12.366.5417.102684	3.3.90.32	500 - Recursos não vinculados de impostos 569 - Outras transferências de recursos FNDE

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

CARMEN IRACEMA DE ALMEIDA
Pessoa Física
101.612.864-49

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalpessoas1606.com.br/verificacao/077-C28E-C246-8BFF>

- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, e no PNCP, ficando tais informações disponíveis durante a vigência da ata de registro de preços.

CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA
PESSOA:
103.612.864-49
09-46-05-03007

Assinado de forma
digital por CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA PESSOA:
103.612.864-49
Data: 2024.12.23
09-46-05-03007

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7-CB0E-C049-F8FF> e informe o código 0FF7-CB0E-C049-F8FF



8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 10.445/2023.
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA
PESSOA:
103.612.864-49
09-46-05-03007

Assinado de forma
digital por CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA PESSOA:
103.612.864-49
Data: 2024.12.23
09-46-05-03007

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7-CB0E-C049-F8FF> e informe o código 0FF7-CB0E-C049-F8FF



- 8.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III, em IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.9.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 8.6.1, 8.6.2, e 8.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.10.1. Por razão de interesse público;
- 8.10.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 8.10.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA
PESSOA:
103.612.864-49
09-46-05-03007

Assinado de forma
digital por CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA PESSOA:
103.612.864-49
Data: 2024.12.23
09-46-05-03007

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente,

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura

CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA
PESSOA:
103.612.864-49
09-47-09-03100

Assinado de forma
digital por CARMEN
IRACEMA DE
ALMEIDA PESSOA:
103.612.864-49
Data: 2024.12.23
09-47-09-03100

Tuto Limp Distribuidora Ltda
CNPJ nº 05.449.553/0001-40
Responsável Legal: Carmem Iracema De Almeida
CPF de nº 103.612.864-49



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0FF7-CB0E-C049-F8FF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 10:50:51 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7-CB0E-C049-F8FF>

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7-CB0E-C049-F8FF> e informe o código 0FF7-CB0E-C049-F8FF



Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/0FF7-CB0E-C049-F8FF> e informe o código 0FF7-CB0E-C049-F8FF



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 10.016/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.055/2024
PROCESSO ADM. Nº 24.401/2024

Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela a. Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico LP nº 10.016/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de serralha destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO
CNPJ:	49.313.200/0001-93
FONE/FAX:	(83) 99802-7059
END:	R DOUTOR ANTÔNIO FIGUEIREDO AGRA, 305
CEP:	58.415-570
CIDADE/ESTADO	CAMPINA GRANDE - PB
EMAIL:	mixsmaterialeleto@gmail.com
RESPONSÁVEL	HEITOR MEDEIROS ARAUJO DA SILVA
LEGAL:	
RG Nº: 3.750.944 SSP PB	CPF Nº: 121.357.874-42

H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO-0511300000193
Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://japessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5

ITEM	UND	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
04	UND	EXCLUSIVA Arruelas lisa 1/2"	500	jomarca	R\$ 0,20	R\$ 100,00
VALOR TOTAL: R\$ 100,00 (cem reais).						

As informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
01.12.361.5417.102498	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
01.12.365.5417.102682	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MAN UTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
01.12.122.5417.102785	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO-0511300000193
Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://japessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5

- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do [art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Decreto Municipal 10.445/2023](#).
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO-0511300000193
Assinado por: 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://japessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5

- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não retificar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura
H M A DA SILVA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO
CNPJ Nº 49.313.200/0001-93
HEITOR MEDEIROS ARAUJO DA SILVA
CPF Nº 121.357.874-42

TESTEMUNHAS:
NOME: _____
CPF: _____
NOME: _____
CPF: _____

APÊNDICE I – CADASTRO DE RESERVA

I – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitam cotar os itens com preços iguais ao do adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)							
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Prazo de garantia ou validade

II – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)							
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Prazo de garantia ou validade

Nota Explicativa: Nos termos do art. 82, § 5º, V I da Lei nº 14.133/2021, é permitida a inclusão, na ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 10.016/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.056/2024
PROCESSO ADM. Nº 24.401/2024

Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico P nº 10.016/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de serralharia destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

- 2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR
CNPJ:	01.091.310/0001-21
FONE/FAX:	(83) 3321-0874 / (83) 3322-5314
END:	AV PREFEITO SEVERINO BEZERRA CABRAL, 3800
CEP:	58.408-000
CIDADE/ESTADO:	CAMPINA GRANDE - PB
EMAIL:	solido.matconstr@gmail.com
RESPONSÁVEL:	RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR
LEGAL:	
RG Nº: 1343964 SSP PB	CPF Nº: 690.359.464-72

ITEM	UND	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
01	UND	EXCLUSIVA Abraçadeira de aço carbono tipo U 1,1/2"	250	LOTUS	R\$ 1,00	R\$ 250,00
02	UND	EXCLUSIVA Fechadura Sobrepor para portão Caixa	200	SILVANA	R\$ 39,00	R\$ 7.800,00
10	UND	EXCLUSIVA Barra redonda rosca 1M x 3/8"	100	JOMARCA	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
11	UND	EXCLUSIVA Barra redonda rosca 1M x 1/2"	100	JOMARCA	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
12	Vara	EXCLUSIVA Canteleira ferro 1" x 3/16" - 6m	100	ACO CEARENSE	R\$ 99,00	R\$ 9.900,00
13	Vara	EXCLUSIVA Canteleira ferro 1" 1/2 x 3/16" - 6m	100	ACO CEARENSE	R\$ 105,00	R\$ 10.500,00
18	UND	EXCLUSIVA Chapa Galvanizada Lisa 1,25mm (chapa 18): 1.20 X 2.00 m	30	ACO CEARENSE	R\$ 199,00	R\$ 5.970,00
22	Pacote	EXCLUSIVA Lixa de ferro 220, pacote com 50 unidades	10	LOTUS	R\$ 109,50	R\$ 1.095,00
24	UND	EXCLUSIVA Parafuso francês com Porca - Rosca Parcial - 7" x 1/2"	300	JOMARCA	R\$ 2,50	R\$ 750,00
25	UND	EXCLUSIVA Pino Gonzo Liso 3/4	200	ACO CEARENSE	R\$ 5,90	R\$ 1.180,00
28	UND	EXCLUSIVA Pino Guia Superior Para Portão Nylon 35mm - Conjunto com 2	100	ACO CEARENSE	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
31	UND	EXCLUSIVA Roldana para portão 2", tipo V, aço zincado, caixa aberta com parafuso	200	ACO CEARENSE	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00

32	UND	EXCLUSIVA	Roldana para portão 3", tipo V, aço zincado, caixa aberta com parafuso	200	ACO CEARENSE	R\$ 40,00	R\$ 8.000,00
33	UND	EXCLUSIVA	Roldana em aço 1.1/2" x 18mm com rolamento	200	ACO CEARENSE	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
34	UND	EXCLUSIVA	Roldana para portão 2.1/2", tipo V, aço zincado, caixa aberta com parafuso	200	ACO CEARENSE	R\$ 42,50	R\$ 8.500,00
VALOR TOTAL: R\$67.945,00 (sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais).							

informações orçamentárias e financeiras estarão assim dispostas:

sificação	Natureza	Fonte de Recursos
11.12.361.5417.102498	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL Lei nº 14.640/2023, FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
11.12.365.5417.102682	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MAN UTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
11.12.122.5417.102785	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, com também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do [art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Decreto Municipal 10.445/2023](#).
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro,

- sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não returar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-Q4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-Q4D5

D

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-Q4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-Q4D5

D

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-Q4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-Q4D5

D

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-Q4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-Q4D5

D

11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente:

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura
RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR
CNPJ Nº 01.091.310/0001-21
RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR
CPF Nº 690.359.464-72

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____
NOME: _____
CPF: _____

APÊNDICE I – CADASTRO DE RESERVA

I – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao do adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)							
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor unitário

II – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)							
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor unitário

Nota Explicativa: Nos termos do art. 82, § 5º, V I da Lei nº 14.133/2021, é permitida a inclusão, na ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 10.016/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.057/2024
PROCESSO ADM. Nº 24.401/2024

Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pela Maria América Assis de Castro, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 10.445/2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico nº 10.016/2024, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e RESOLVE registrar os preços nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para a eventual aquisição de materiais de serralharia destinados à execução de serviços de conservação, manutenção e restauração para a rede municipal de Ensino de João Pessoa, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO INTEGRANTE

2.1. Integra a presente ARP a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, localizada em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações do material registrado nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA:	TACIEL DA SILVA SANTOS
CNPJ:	37.639.423/0001-66
FONE/FAX:	(83) 3502-1132
END:	R PROJETADA 03, BAIRRO NOVO N-10, LOJA 03
CEP:	58.270.000
CIDADE/ESTADO:	ARAÇAGI - PB
EMAIL:	coenesltda@hotmail.com
RESPONSÁVEL:	TACIEL DA SILVA SANTOS
LEGAL:	
RG Nº:	3616657
SSDS/PB	CPF Nº: 097.768.524 - 16

ITEM	UND	PRODUTO / DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
03	UND	EXCLUSIVA Arruelas lisa 3/8"	500	GERDAU	R\$ 0,13	R\$ 65,00
05	Vara	EXCLUSIVA Barra chata aço 3/16 x 3/4" - 6m	100	GERDAU	R\$ 33,00	R\$ 3.300,00
06	Vara	EXCLUSIVA Barra chata aço 3/16 x 1" - 6m	100	GERDAU	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
07	Vara	EXCLUSIVA Barra chata aço 3/16 x 2" - 6m	100	GERDAU	R\$ 110,00	R\$ 11.000,00
08	Vara	EXCLUSIVA Barra Redonda Serralharia - 1/2" - 6m	300	GERDAU	R\$ 53,00	R\$ 15.900,00
09	Vara	EXCLUSIVA Barra Redonda Serralharia - 3/8" - 6m	300	GERDAU	R\$ 29,50	R\$ 8.850,00
14	Vara	EXCLUSIVA Cantoneira ferro 3/4" x 1/8" - 6m	100	GERDAU	R\$ 41,00	R\$ 4.100,00
15	Barra	EXCLUSIVA Perfil U aço simples 50x25x3,00mm (barra 6 m)	50	GERDAU	R\$ 85,00	R\$ 4.250,00
16	Barra	EXCLUSIVA Perfil U aço simples - 75 x 40 2,65 mm (barra 6 m)	20	GERDAU	R\$ 143,00	R\$ 2.860,00
17	Barra	EXCLUSIVA Perfil U aço 50 x 25X1/16" (barra 6 m)	20	GERDAU	R\$ 74,50	R\$ 1.490,00
19	UND	EXCLUSIVA Chapa Lâmbel para confecção de portão - ondulado 1100 x 2000 mm (Parâmetro de +/- 10% para as medidas)	30	GERDAU	R\$ 161,00	R\$ 4.830,00
20	Variação	EXCLUSIVA Ferro 4.2 - variação 12 m	50	GERDAU	R\$ 12,49	R\$ 624,50
21	Pacote	EXCLUSIVA Lixa de ferro 100, pacote com 50 unidades	10	GERDAU	R\$ 85,00	R\$ 850,00

23	Pacote	EXCLUSIVA Lixa de ferro 80, pacote com 50 unidades	10	GERDAU	R\$ 95,00	R\$ 950,00
26	UND	EXCLUSIVA Pino Gonzo Liso 1"	300	GERDAU	R\$ 11,23	R\$ 3.369,00
27	UND	EXCLUSIVA Pino Gonzo Liso 7/8"	300	GERDAU	R\$ 8,35	R\$ 2.505,00
29	UND	EXCLUSIVA Roldana em aço 3" x 20mm com eixo e rolamento	300	GERDAU	R\$ 30,25	R\$ 9.075,00
30	UND	EXCLUSIVA Roldana em aço 5" x 25mm com eixo e rolamento	200	GERDAU	R\$ 62,50	R\$ 12.500,00
35	Vara	EXCLUSIVA Tubo retangular metalon 50 x 30 1,50 galvanizado (6mts)	30	GERDAU	R\$ 116,65	R\$ 3.499,50
36	Vara	EXCLUSIVA Tubo quadrado metalon 20 x 20 1,20mm galvanizado (6mts)	50	GERDAU	R\$ 52,45	R\$ 2.622,50
37	Vara	EXCLUSIVA Tubo quadrado metalon 25x25 1,20mm galvanizado (6mts)	50	GERDAU	R\$ 60,40	R\$ 3.020,00
38	Vara	EXCLUSIVA Tubo redondo metalon 1. 1/2 polegada 1,50 galvanizado. (6mts) (Parâmetro de +/- 10% para as medidas)	20	GERDAU	R\$ 80,70	R\$ 1.614,00
39	Vara	EXCLUSIVA Tubo redondo metalon 3 polegada 1,50 galvanizado. (6mts) (Parâmetro de +/- 10% para as medidas)	20	GERDAU	R\$ 163,35	R\$ 3.267,00
40	Vara	EXCLUSIVA Tubo redondo metalon 3/4 polegada 1,50 galvanizado. (6mts) (Parâmetro de +/- 10% para as medidas)	20	GERDAU	R\$ 43,45	R\$ 869,00
41	Vara	EXCLUSIVA Tubo retangular metalon 30 x 20 1,50 galvanizado (6mts)	30	GERDAU	R\$ 60,71	R\$ 1.821,30

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-D4D5



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-D4D5



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-D4D5



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/BB02-BA0F-72D2-D4D5> e informe o código BB02-BA0F-72D2-D4D5



VALOR TOTAL: R\$107.731,80 (cento e sete mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta centavos).

As informações orçamentárias e financeiras estão assim dispostas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.361.5417.102498	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - ETL Lei nº 14.640/2023; FOMENTO DE MATRÍCULAS EM REDES - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
10.101.12.365.5417.102682	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos 540 - FUNDEB 550 - FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO 569 - Outras transferências de recursos FNDE - MAN UTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas- Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.
10.101.12.122.5417.102785	3.3.90.30 e 4.4.90.52	500 - Recursos não vinculados de impostos

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, conforme o art. 78 do decreto Municipal nº 10.445/2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

- 5.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos [arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO RESERVA

- 6.1. Será incluído na ata, na forma do APÊNDICE I, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 6.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecedendo aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 6.5. A habilitação dos licitantes que compoem o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nas sanções administrativas contidas no edital.
- 6.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 6.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 6.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.9, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições oferecidas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

- 7.1. Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando tais informações disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 8.2. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, nas seguintes situações:
- 8.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do [art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Decreto Municipal 10.445/2023](#).
- 8.2.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.3.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 8.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 8.4. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.4.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 8.4.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.
- 8.4.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.6. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:
- 8.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.6.2. Não returar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.6.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 8.6.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 8.6.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.6 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compoem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.9. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:
- 8.9.1. Por razão de interesse público;
- 8.9.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.9.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.
- 8.10. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As demais condições gerais do fornecimento encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

- 11.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública da comarca de João Pessoa/PB, salvo nos casos de foro privilegiado previstos na Constituição Federal.

João Pessoa, datado eletronicamente:

Maria América Assis de Castro
Secretária de Educação e Cultura
TACIEL DA SILVA SANTOS 09776852416
Assinada por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pessoas.1doc.com.br/verificacao/BB02-BAUF-7202-0405> e informe o código BB02-BAUF-7202-0405

TACIEL DA SILVA SANTOS
CPF Nº 37.639.423/0001-66
TACIEL DA SILVA SANTOS
CPF Nº 097.768.524 - 16

TESTEMUNHAS
NOME: _____
CPF: _____

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pessoas.1doc.com.br/verificacao/BB02-BAUF-7202-0405> e informe o código BB02-BAUF-7202-0405

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pessoas.1doc.com.br/verificacao/BB02-BAUF-7202-0405> e informe o código BB02-BAUF-7202-0405

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pessoas.1doc.com.br/verificacao/BB02-BAUF-7202-0405> e informe o código BB02-BAUF-7202-0405

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pessoas.1doc.com.br/verificacao/BB02-BAUF-7202-0405> e informe o código BB02-BAUF-7202-0405

D

NOME: _____
CPF: _____

APÊNDICE I – CADASTRO DE RESERVA

I – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao do adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)							
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Prazo de garantia ou validade

II – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)							
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Prazo de garantia ou validade

Nota Explicativa: Nos termos do art. 82, § 5º, VI da Lei nº 14.133/2021, é permitida a inclusão, na ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BBD2-BA0F-72D2-D4D5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 23/12/2024 13:40:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/BBD2-BA0F-72D2-D4D5>

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAVE CGM: QJ24-R0G6-JEOF-S3E7

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11.054/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31.628/2024

UASG: 982051
Nº DA LICITAÇÃO NO COMPRAS.GOV: 91154/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos Serviços de Construção da Mini Quadra da EM Santos Dumont, no Centro - João Pessoa/PB

A Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa, através do Agente de Contratação, torna público que realizará licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica, cuja sessão pública ocorrerá através do site: www.compras.gov.br. O acolhimento das propostas ocorrerá através do site www.compras.gov.br a partir do dia 23/12/2024. A abertura das propostas ocorrerá no dia 04/02/2025, às 09h.

A cópia do edital pode ser adquirida pelos sites www.compras.gov.br/ UASG: 982051 Nº da Licitação 91154/2024 e <http://transparencia.joapessoa.pb.gov.br/licitacoes>, a partir de 23 de dezembro de 2024.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Petrônio Wanderley de Oliveira Lima
Agente de Contratação Oficial/SEINFRA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F48C-0A31-CC7E-D8F8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ PETRONIO WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (CPF 086.XXX.XXX-00) em 20/12/2024 11:39:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F48C-0A31-CC7E-D8F8>

TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.043/2024

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEDEC, E A EMPRESA N. C. CARVALHO LTDA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pela Secretária de Educação e Cultura, Sra. Maria América Assis de Castro, brasileira, inscrita no CPF nº 308.418.104-78, portadora da Carteira de Identidade nº 7844817, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa N. C. CARVALHO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.745.673/0001-21, sediado(a) na Rua Amaro Romeu Ramalho, 56 - Jardim Helena, em Londrina - PR, telefone: (43) 3375-8600, (43) 99673-1777, e-mail: comercial@braxtecnologia.com.br, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Elton Campreguer Carvalho, portador da Carteira de Identidade nº 69719600 SESP/PR, e CPF nº 005.981.329-61, tendo em vista o que consta no Processo nº 33.596/2024 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.078/1990, dos Decretos Municipais nº 7.884/2013 e nº 9.280/2019, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato 10.043/2024 do Pregão Eletrônico 10.009/2023 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do contrato 10.043/2024, que se encerra no dia 31 de dezembro de 2024, por mais 05 (cinco) meses, ficando vigente até 31 de maio de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor inicial do contrato permanece inalterado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas necessárias ao pagamento do contrato decorrerão de:

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO	FONTE
10.101.12.361.5417.102498	4.4.90.52	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 - FNEDE (Salário-Educação).

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo tem fundamento do processo administrativo 33.596/2024,e no artigo 57º, §1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 10.043/2024, não alteradas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado, na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, do mês subsequente ao dessa assinatura.

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/BBD2-BA0F-72D2-D4D5> e informe o código BBD2-BA0F-72D2-D4D5

Assinado por 2 pessoas: ELTON CAMPREGUER CARVALHO e AMÉRICA CASTRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F48C-0A31-CC7E-D8F8> e informe o código BBD2-BA0F-72D2-D4D5

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ficam mantidas as condições de habilitação definidas no Edital, com base na Lei 8.666/93, com toda a documentação jurídico-fiscal da contratada, atualizada, presente nos autos.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente ADITIVO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO
CONTRATANTE

ELTON CAMPREGUER
CARVALHO:00598132961

Assinado de forma digital por ELTON
CAMPREGUER CARVALHO:00598132961
Dados: 2024.12.19 16:58:35 -03'00'

N. C. CARVALHO LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2B6F-FBE0-5380-667A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ELTON CAMPREGUER CARVALHO (CPF 005.XXX.XXX-61) em 19/12/2024 16:58:35 (GMT-03:00)
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 20/12/2024 14:49:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2B6F-FBE0-5380-667A>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.669/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.437/2024
[CHAVE CGM: 57PJ-Y10Y-V3GO-6U2W]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do Artista MARCUS VINICIUS, através da pessoa jurídica 49.572.658 MARCUS VINICIUS TORQUATO DE SOUZA - CNPJ 49.572.658/0001-67, pelo valor estimado total de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MARCUS VINICIUS, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2024, DAS 12H30 ÀS 14H30, NO PROJETO SABADINHO BOM, NA PRAÇA RIO BRANCO - CENTRO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 18 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE

Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0F57-555B-C8DD-A77F> e informe o código 0F57-555B-C8DD-A77F



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 0F57-555B-C8DD-A77F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 10:54:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/0F57-555B-C8DD-A77F>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.687/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.066/2024
[CHAVE CGM: W22O-V590-DKK5-M5EB]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da Banda CAVALEIROS DO FORRÓ, representado pela pessoa jurídica MUSICAL CAVALEIROS DO FORRO LTDA - CNPJ: 01.402.019/0001-27, pelo valor estimado total de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA BANDA CAVALEIROS DO FORRÓ, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2025, DAS 00H30 ÀS 2H DA MADRUGADA, EVENTO "FORRÓ VERÃO 2025, NO BUSTO DE TAMANDARÉ - TAMBAÚ, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 18 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: EC5B-3CCA-9B02-43F4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 10:54:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/EC5B-3CCA-9B02-43F4>

Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/EC5B-3CCA-9B02-43F4> e informe o código EC5B-3CCA-9B02-43F4



TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.697/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.994/2024
[CHAVE CGM: JJX2-850R-XL5S-2S2A]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do Grupo PAGODE DO MEU AGRADO, representado pela pessoa jurídica 58.075.513 ITALO ARTUR VIANA DE MELO - CNPJ: 58.075.513/0001-41, pelo valor estimado total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO GRUPO PAGODE DO MEU AGRADO, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2024, ÀS 21H, EVENTO "PROGRAMAÇÃO DE FINAL DE ANO 2024", NO BUSTO DE TAMANDARÉ - TAMBAU, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 19 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: B201-36C3-CA0D-C34C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 20/12/2024 09:00:53 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B201-36C3-CA0D-C34C>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.700/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34.335/2024
[CHAVE CGM: 70UQ-5877-M900-UV7G]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da Artista MYRA MAYA representada pela pessoa jurídica ESTRELA AMARELA COMUNICAÇÃO DIGITAL E PRODUÇÃO LTDA - CNPJ Nº 48.660.132/0001-76, pelo valor estimado total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA ARTISTA MYRA MAYA, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2024, DAS 19H ÀS 21H, EVENTO "ENTREGA DO CONVENTINHO DE SANTO ANTÔNIO", NO CONVENTINHO DE SANTO ANTÔNIO - BAIRRO VARADOURO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 19 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: CEA1-3874-335B-BE6E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 10:55:09 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CEA1-3874-335B-BE6E>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.701/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34.997/2024
[CHAVE CGM: 3LII-WS84-AUWI-MPDZ]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da COMPANHIA DE TEATRO SOLUAR - CNPJ: 19.803.049/0001-00, o valor por apresentações será de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) e R\$ 3.000,00 (Três mil reais), perfazendo um valor total de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA COMPANHIA DE TEATRO SOLUAR, PARA DUAS APRESENTAÇÕES, NO PROJETO NATAL 2024, NO DIAS 21 NO PARQUE SOLON DE LUCENA - CENTRO E 22 DE DEZEMBRO DE 2024, NO BUSTO DE TAMANDARÉ - TAMBAU, ÀS 16H, S, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 19 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 32FC-5F96-E052-391B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 11:52:38 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/32FC-5F96-E052-391B>

Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/B201-36C3-CA0D-C34C>



Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CEA1-3874-335B-BE6E>



Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/32FC-5F96-E052-391B>



TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.702/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33.715/2024
[CHAVE CGM: ZL9M-V45U-SI9Q-1R9Q]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da Artista ELIANE, representado pela pessoa Jurídica AMANDA FAUSTINO DE LIMA PARENTE LIMITADA - CNPJ Nº 30.784.578/0001-47, pelo valor estimado total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA ARTISTA ELIANE SILVA, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2025, ÀS 21H, EVENTO "FORRÓ VERÃO 2025", NO BUSTO DE TAMANDARÉ - TAMBÁU, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 19 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 5CAE-156D-88C4-C4F7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 13:53:06 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/5CAE-156D-88C4-C4F7>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.703/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33.556/2024
[CHAVE CGM: 9EJG-86ID-PFXI-J3QV]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação do Grupo CLUBE DO CHORO DA PARAIBA, representado pela pessoa jurídica ALBERTO TAVARES DE SOUZA.97761664404 - CNPJ: 14.998.221/0001-05, pelo valor estimado total de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO GRUPO CLUBE DO CHORO DA PARAIBA, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 11 DE JANEIRO DE 2025, DAS 12H30  S 14H30, NO PROJETO SABADINHO BOM, NA PRAÇA RIO BRANCO - CENTRO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 19 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 2A84-9E5D-3EDF-BF05

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 13:52:43 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2A84-9E5D-3EDF-BF05>

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 60.704/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29.331/2024
[CHAVE CGM: XTYA-3MX7-6C1D-JE02]

O Diretor Executivo da Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações constantes no presente procedimento, embasado na solicitação do setor demandante e no Parecer da Assessoria jurídica e em cumprimento ao Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações, RATIFICO E ADJUDICO a respectiva justificativa técnica para contratação da Artista/Grupo BANDA DESEJO DE MENINA, representado pela pessoa Jurídica MEL SHOWS LTDA - CNPJ - N  39.543.593/0001-78, pelo valor estimado total de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DA BANDA DESEJO DE MENINA, PARA UMA APRESENTAÇÃO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NO  S 1H DA MADRUGADA, EVENTO "REVEILLON 2024", NO BUSTO DE TAMANDARÉ - TAMB U, CONFORME SOLICITAÇÃO DO SETOR DEMANDANTE, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 89, caput, do citado diploma legal.

João Pessoa - PB, 19 de Dezembro de 2024.

Antônio Marcus Alves de Souza
Diretor Executivo da FUNJOPE



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: F38F-3F0B-02FB-16D6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA (CPF 549.XXX.XXX-68) em 19/12/2024 13:52:30 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F38F-3F0B-02FB-16D6>

Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/5CAE-156D-88C4-C4F7> e informe o código 5CAE-156D-88C4-C4F7



Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2A84-9E5D-3EDF-BF05> e informe o código 2A84-9E5D-3EDF-BF05



Assinado por 1 pessoa: ANTÔNIO MARCUS ALVES DE SOUZA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/F38F-3F0B-02FB-16D6> e informe o código F38F-3F0B-02FB-16D6



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CHAVE: 9MC1-B2L2-HMGP-KDS2

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 29.319/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13.075/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DA TECNOLOGIA/MEDICAMENTO
PALBOCICLIBE IBRANCE 125 MG CAPS. DURAS PARA
ATENDIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL.

Com base nas informações constantes no Processo n.º 29.319/2024, referente à Dispensa de Licitação n.º 13.075/2024, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da empresa: ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, LTDA sob nº de CNPJ 08.958.628/0002-97, perfazendo o valor total de R\$69.664,14 (sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos). Para contratação do objeto em referência, com base no inciso IV, art. 71, da Lei nº. 14.133/2021.

João Pessoa-PB, 20 de dezembro de 2024.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO
Secretário de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 98AE-8270-9E07-D963

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUÍS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 20/12/2024 11:58:34 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/98AE-8270-9E07-D963>

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.909/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61.008/2024
CHAVE CGM: 0SM0-UV79-HSUG-6CQ6

O Pregoeiro Oficial da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei n. 14.133/2021, Lei Municipal n. 14.781/2023 e Decreto Municipal n. 10.445/2023, ADJUDICA o presente procedimento que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE INTERNET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – EMLUR, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da empresa:

Empresa	CNPJ	Item	Valor Unit.	Valor Total
OPIX SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	35.746.824/0002-70	01	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00

João Pessoa, 20 de dezembro de 2024

Miguel Carlos Lopes Filho
Pregoeiro
EMLUR



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 1BDF-AC20-19D4-771F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MIGUEL CARLOS LOPES FILHO (CPF 058.XXX.XXX-39) em 20/12/2024 09:32:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/1BDF-AC20-19D4-771F>

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.909/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61.008/2024
CHAVE CGM: 0SM0-UV79-HSUG-6CQ6

Com base nas informações constantes no Pregão Eletrônico nº 61.008/2024 e fundamento na Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, HOMOLOGO o presente procedimento que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE INTERNET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – EMLUR, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da empresa:

Empresa	CNPJ	Item	Valor Unit.	Valor Total
OPIX SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	35.746.824/0002-70	01	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00

João Pessoa, 20 de dezembro de 2024

Ricardo José Veloso
Superintendente
EMLUR



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



Código para verificação: 363F-133F-609B-977B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RICARDO JOSE VELOSO (CPF 007.XXX.XXX-07) em 20/12/2024 09:27:22 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/363F-133F-609B-977B>